

GIOVANNA MARIA ABRANTES CARVAS

**A EDUCAÇÃO SALESIANA NA CIDADE DE PONTE NOVA – MINAS
GERAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em Educação,
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

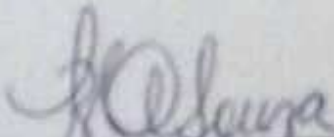
**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2015**

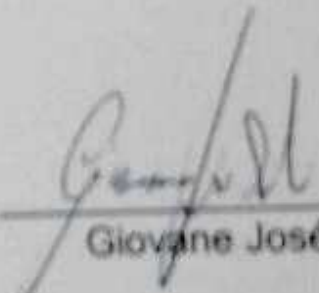
GIOVANNA MARIA ABRANTES CARVAS


A EDUCAÇÃO SALESIANA NA CIDADE DE PONTE NOVA – MINAS
GERAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em
Educação, para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

APROVADA: 18 de dezembro de 2015.


Rita de Cássia de Souza


Giovane José da Silva


Denilson Santos de Azevedo
(Orientador)

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C331e Carvas, Giovanna Maria Abrantes, 1988-
2015 A educação salesiana na cidade de Ponte Nova - Minas
Gerais e a formação de professoras na Primeira República /
Giovanna Maria Abrantes Carvas. – Viçosa, MG, 2015.
x, 97f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.88-97.

1. Salesianos - Educação - História - Ponte Nova (MG).
2. Professoras - Formação. 3. Professores de ensino primário.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação.
Programa de Pós-graduação em Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 371.07

À Isabel, pelo amor que faz renascer em mim.

A prosperidade ou desgraça do edifício social de um povo depende sobretudo da segurança de sua base. A verdadeira prosperidade de um país não consiste nas suas grandes plantações, na multiplicidade de seus produtos, na riqueza do seu solo, na alta ou baixa do câmbio, na alta ou baixa do café! [...] Não há a menor dúvida de que isso tudo concorre para a felicidade ou desgraça de um povo: porém não é isso o que dará a paz e a felicidade a um povo, porque se lhe faltar uma boa educação para a mocidade e especialmente para a mulher, esse povo será como aquele edifício no qual as paredes e madeiramentos eram extraordinariamente ricos e elegantes, mas faltava-lhe a boa base.

(Revmo. Sr. Padre Carlos Peretto, discurso realizado durante as festividades de formatura da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, 1905).

AGRADECIMENTOS

Depois de vivenciar experiências de grande transformação pessoal, acadêmica e profissional, chega o momento de agradecer a todos aqueles que, de alguma maneira, estiveram ao meu lado.

A Deus que, em sua infinita sabedoria, guia meus passos e me permite desfrutar de tantas bênçãos sob sua proteção.

Aos meus pais, por acreditarem na importância do estudo e não medirem esforços para que eu sempre continuasse firme em meus propósitos.

Ao meu irmão, exemplo primeiro, por dividir histórias, lembranças e um amor incondicional.

Ao meu amado marido, parceiro de vida, por acompanhar e incentivar meus passos, enxergando sempre o melhor de mim.

Aos meus amigos fieis, Ighor e Sabrina, pela toda torcida e lealdade.

Às amigas que construí (e reconstruí) durante o Mestrado e que deram brilho especial à essa trajetória.

Ao professor e orientador, Denílson Azevedo, pelos sete anos de convivência e aprendizado.

À professora Rita Souza pela doçura e contribuições de sempre.

Ao professor Giovane José pela alegria de compartilhar esse momento com um amigo e profissional tão generoso.

À Escola Nossa Senhora Auxiliadora, em especial, à diretora Irmã Mônica Santana e à secretária Mônica Paes, por toda atenção e auxílio prestados durante a realização deste estudo.

À Universidade Federal de Viçosa pela excelência do ensino; à Capes pelo auxílio financeiro; ao DPE, PPGE e seus funcionários pelo suporte imprescindível.

O caminho foi longo e intenso, mas, sem dúvida alguma, muito gratificante. O meu muito obrigado a todos que acreditaram nas minhas escolhas e permaneceram, fielmente, ao meu lado.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – BREVES REFLEXÕES ACERCA DAS ESCOLAS NORMAIS BRASILEIRAS	17
1.1 – Escolas normais e formação docente.....	18
1.2 - A formação da mulher: esposa, mãe e professora	23
CAPÍTULO II - ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA...	30
2.1 - Ponte Nova: criação do município e suas primeiras iniciativas educacionais	31
2.2 - A instalação da Escola Normal.....	35
CAPÍTULO III – OS SUJEITOS DO PROCESSO E A FORMAÇÃO DAS JOVENS NORMALISTAS	47
3.1 - As jovens normalistas.....	48
3.2 - As salesianas formadoras.....	61
3.3 - Formar mulheres, formar professoras: o currículo escolar.....	66
3.4 - A prática como componente curricular em diferentes espaços.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Documentos pesquisados no arquivo da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.....	12
Quadro II – Currículo da Escola Normal entre os anos de 1898 e 1904....	68
Quadro III – Currículo da Escola Normal no ano de 1917.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da cidade de Ponte Nova em relação a Capital do Estado.....	31
Figura 2 - Padre João Paulo Maria de Brito, s/d.....	38
Figura 3 - Bispo Dom Luís Lasagna, s/d.....	38
Figura 4 – Antiga sede da Fazenda de Palmeiras, s/d.....	39
Figura 5 - Registro da inauguração da Escola Normal, 1896.....	43
Figura 6 - Prerrogativa de Escola Normal expedida pelo governo do Estado de Minas Gerais, datado de 1899.....	45
Figura 7 – Normalistas do terceiro ano do curso normal, 1917.....	50
Figura 8 - Cerimônia de entrega de diplomas às normalistas formadas do ano de 1922.....	52
Figura 9 - Inauguração do busto de Dom Bosco, 1915.....	63
Figura 10 - Aula de Trabalhos Manuais (costura e bordado), 1912.....	73
Figura 11 – Festa de Maria Auxiliadora, 1914.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Matrículas da Escola Normal entre os anos de 1898 e 1930.....	48
Gráfico II - Número de alunas diplomadas entre os anos de 1902 e 1930...	51
Gráfico III – Percentual por idade das alunas matriculadas na Instituição entre os anos de 1900 e 1929.....	54
Gráfico IV – Ocupação dos pais das normalistas matriculadas na Instituição entre os anos de 1900 e 1929.....	56
Gráfico V – Estado de Origem das estudantes matriculadas entre os anos de 1898 e 1930.....	59

RESUMO

CARVAS, Giovanna Maria Abrantes. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2015. **A educação salesiana na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais e a formação de professoras na Primeira República.** Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Este estudo refere-se aos resultados obtidos por meio da investigação acerca do processo histórico e educacional que possibilitou a constituição de uma cultura educacional singular na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais, a partir da criação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (ENNSA), no ano de 1896. A periodização abordada insere nosso objeto de estudo no período da Primeira República Brasileira (1889 - 1930), momento cujos eventos contribuíram para que a educação fosse vista, pelo Estado, como sinônimo de progresso e, pela Igreja, como campo fértil para ações com objetivo de garantir sua influência na sociedade. É justamente nesse contexto que ocorre a instalação da ENNSA, a partir da relação de interesses entre representantes da política local e da Igreja católica. A fim de atender aos objetivos do presente estudo realizamos uma pesquisa documental que teve como fonte de informação os registros escritos oficiais encontrados, principalmente, no arquivo interno da Instituição e que se referem, sobretudo, aos dados administrativos concernentes às matrículas e às conclusões do curso, bem como às reuniões pedagógicas e aos relatórios produzidos para fins de inspeção. A análise desse material, somada aos estudos produzidos acerca das escolas normais mineiras, nos permitiu conhecer o modelo de formação oferecido pela instituição salesiana em questão bem como aspectos relacionados à cultura da escola, que possibilitaram a formação de, aproximadamente, 640 professoras primárias durante os primeiros trinta de atuação. Em síntese, compreendemos que a Escola Normal organizava o seu currículo e desenvolvia suas práticas de maneira a garantir que a educação feminina oferecida pelas irmãs salesianas estivesse aliada aos preceitos religiosos valorizados pelas famílias católicas da época, ou seja, uma instrução atrelada ao papel “fundamental” da mulher: mãe e esposa, responsável pelo lar e pela educação dos mais jovens.

ABSTRACT

CARVAS, Giovanna Maria Abrantes. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa. December, 2015. **The Salesian education in the city of Ponte Nova - Minas Gerais and the training of teachers in the Primeira República.** Advisor: Denilson Santos de Azevedo.

This study refers to the results obtained through research about the historical and educational process that enabled the creation of a unique educational culture in the city of Ponte Nova - Minas Gerais, from the creation of the Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (ENNSA) in the year 1896. The approached periodization insert our object of study in the period of the Primeira República Brasileira (1889-1930), whose time events contributed to that education was seen by the state as a synonym for progress and for the Church as a field fertile for actions in order to ensure its influence on society. It is precisely in this context that is the installation of ENNSA, from the relationship of interest between representatives of local politics and the Catholic Church. In order to meet the present study aims conducted a documentary research that had as source of information the official written records found mainly in the internal file of the institution, which relate mainly to administrative data pertaining to enrollment and course conclusions as well as the pedagogical meetings and reports produced for inspection. The analysis of this material, in addition to studies produced about mining normal schools, allowed us to meet the training model offered by the Salesian institution in question as well as aspects related to school culture, which enabled the formation of approximately 640 primary teachers over the first thirty of action. In short, we understand that the Normal School organized its curriculum and developed their practices in order to ensure that female education offered by the Salesian Sisters were allied with the religious precepts valued by Catholic families of the time, ie a linked education to the role "fundamental" the woman, mother and wife, responsible for home and the education of the youngest.

INTRODUÇÃO

O presente sempre coloca questões para a história, não por ela ter a resposta, mas porque ela pode, pelo menos, fornecer instrumentos de compreensão.

Michelle Perrot, 1998.

Para estudar o passado é preciso, primeiramente, reconhecer que nossas interrogações se fazem sob os olhos do presente. As páginas da história não se revelam como registros neutros, mas sim como produto de uma visão que assumiu certo posicionamento. Interrogar o passado representa a possibilidade de compreender os processos históricos vivenciados pela sociedade e discuti-los à luz de conhecimentos atuais.

É nesse sentido que buscamos conhecer a história da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, criada na cidade de Ponte Nova, Minas Gerais, em 1896. Nosso recorte (1896 - 1930) insere o objeto de estudo no período da Primeira República¹, tendo como foco de investigação a formação de professoras primárias nessa instituição, organizada e dirigida pelas Filhas de Maria Auxiliadora (FMA)², também conhecidas como Irmãs Salesianas.

Mediante a análise documentos escritos oficiais produzidos na época em foco, buscamos conhecer o processo de criação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora que, por mais de um século, se dedicou – e ainda se dedica

¹ A Primeira República, também conhecida como República Velha, constitui a primeira fase da organização republicana nacional e vai desde a Proclamação da República, em 1889, até a chamada Revolução de 1930 (PINTO, 2010).

² Ramo feminino da Família Salesiana, o Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, foi idealizado por Dom Bosco e criado em 1872, na cidade de Roma.

– à instrução e à educação da juventude mineira por meio de um projeto que manteve relação, quer com as prescrições da Igreja Católica e da Congregação, quer com os poderes oficiais ligados ao ensino.

Inaugurada no dia 1º de abril de 1896, a referida instituição começou a funcionar regularmente apenas em 1899, quando já contava com um grupo de dezessete normalistas matriculadas, divididas em regime de internato e externato. Três anos mais tarde, em 1902, a Escola formou sua primeira turma, diplomando dez jovens professoras primárias. Em 1905, foi criada uma Classe Anexa (multiseriada), onde era oferecido o curso primário possibilitando às normalistas o desenvolvimento de atividades práticas durante as aulas-modelo. Nos trinta anos priorizados por essa pesquisa, o número de estudantes matriculadas, por ano na Instituição, passou de 17 (em 1899) para 287 (em 1930), acumulando um total de 639 diplomadas ao longo desse período. Já quanto à Classe Anexa consta, nos registros de matrícula (1905-1930), a inscrição de 2558 alunos.

Iniciando seus estudos na faixa etária dos 15 aos 16 anos, as normalistas eram originárias de famílias de fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais, vindas de várias cidades da Zona da Mata mineira. Encontravam-se ainda estudantes de famílias mais pobres que nada pagavam pelos estudos, sendo custeado, então, pela ajuda de benfeitores e colaboradores da obra de Dom Bosco de todo Brasil (AZZI, 1999). Quanto ao corpo docente, era composto, majoritariamente, por religiosas, vindas diretamente da Itália ou de instituições salesianas existentes em outros Estados. O mesmo se observa quanto à origem das sete diretoras que passaram pela administração da instituição durante o período estudado.

Formar professoras com base nos preceitos católicos e na pedagogia salesiana era a grande preocupação da Escola Normal que via a formação de suas alunas como a chave para dar continuidade à sua ação educativa e religiosa na sociedade. Assim como acontecia em outras instituições mantidas por congregações católicas, a formação oferecida pela Escola Normal era fortemente marcada pela religiosidade no espaço escolar o que reafirmava a tradição de caracterizar a docência como um trabalho missionário e sacerdotal.

Com a laicização do Estado, instaurada após o advento da República, a Igreja deixou de receber auxílio direto do governo, como era comum no período imperial, e passou a buscar recursos financeiros próprios. A abertura de colégios católicos mostrou-se lucrativa nesse sentido, devido ao fato de possuir quadros docentes de formação europeia, algo inexistente no Brasil e desejado pela elite nacional (AZZI, 1990). Nesse viés, Rampi (2007, p.10) nos lembra que, a partir disso, a Igreja foi se consolidando como formadora das elites dirigentes, nos colégios que passou a criar e a administrar no país.

A expansão da instrução pública, idealizada no final do século XIX e consolidada em diversas regiões do país no início do século XX, por meio da criação dos grupos escolares, culminou na necessidade de se assegurar o preparo específico dos professores responsáveis pelo ensino no interior dessas instituições. A história do ensino normal está relacionada, portanto, à consolidação da instrução primária, visto que seu objetivo era formar profissionais aptos a atuar nas escolas de primeiras letras. É nesse viés que Rocha (2008, p. 1) afirma que “a escola pública, reinventada no mundo moderno, tem na escola normal e na escola primária, seus pilares básicos”.

A tendência à priorização do acesso dos homens aos cursos de formação de professores cedeu espaço, gradativamente, à inserção das mulheres no magistério³, constituindo um “campo profissional fortemente marcado pela feminização”⁴ (VILELLA, 2008, p. 34). Nesse sentido, merecem destaque as escolas confessionais, sobretudo as católicas, que cooperaram para a ocupação feminina de outro local que não fosse o ambiente estritamente doméstico à medida que se dedicaram à instrução da mulher de forma pioneira, oficial e sistematizada.

³ Rosa e Sá (2004, p. 1) afirmam que, a profissão docente, já no início do século XX, configurava-se como uma ocupação majoritariamente feminina uma vez que os homens, antes predominantes na carreira do magistério, passaram a se dedicar aos postos superiores na hierarquia burocrática. Os baixos salários acabam contribuindo para o desprestígio da profissão e, conseqüentemente, para o processo, cada vez maior, de evasão de professores, sobretudo os docentes do século masculino.

⁴De acordo com Cecília Vieira do Nascimento (2008), o termo “feminização do magistério” é cunhado para dar inteligibilidade à progressiva inserção das mulheres na docência elementar, em substituição aos professores do sexo masculino.

A criação de colégios femininos contribuiu para a entrada da mulher no mercado de trabalho, por meio de uma profissão legitimada perante a sociedade. Santos (2006, p. 91) lembra que esse nível de ensino era considerado “a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia almejar”. As escolas normais se revelaram como uma das poucas oportunidades que as mulheres tinham de ultrapassar o ensino primário. É nesse sentido que Tofoli (2003, p. 56) afirma que “o magistério era o curso de nível médio mais procurado pelas mulheres pois as tornava cultas sem afastá-las dos deveres específicos do sexo feminino, preconizados na época”.

Desde o final do século XIX, o governo estadual priorizou o ensino primário, não implementando, contudo, políticas sólidas que garantissem a criação e o funcionamento adequado de estabelecimentos públicos de ensino secundário. As escolas normais oficiais eram insuficientes para atender à demanda do período, o que abriu espaço para a atuação das ordens religiosas no sentido de criar instituições que pudessem formar professores. O interesse pela criação de escolas normais confessionais também era notado por parte da elite brasileira que “buscava a modernidade política e econômica, mas pretendia a manutenção das organizações privadas, como a família, mantendo as tradições” (LEONARDI, 2006, p. 1). No momento em que a oligarquia reunia condições políticas e financeiras para organizar o sistema educacional feminino, aliou-se ao catolicismo conservador e entregou a ele a tarefa de educar suas filhas, conforme os preceitos dessa doutrina (ALVES, 1996).

No que se refere à educação durante o período republicano podemos dizer que Estado e Igreja, embora separados oficialmente, trabalharam de maneira cooperativa para a expansão do ensino. Não é difícil encontrar “registros de incentivos governamentais às instituições religiosas ao longo da República, como a doação de terrenos e auxílios financeiros o que retrata resquícios do apoio do Estado às obras católicas”, mesmo que a aliança entre essas duas esferas já houvesse sido desfeita oficialmente (ORTIZ, 2014, p. 83) desde a Constituição de 1891.

A Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, objeto de nosso interesse, é um exemplo de escola confessional⁵ católica, privada, que iniciou suas atividades durante os primeiros anos do regime republicano e contou, em alguns momentos, com a ajuda direta de governo estadual. Por esse motivo, consideramos relevante observar de que maneira os interesses específicos dessas duas esferas se materializavam no espaço escolar e refletiam na formação oferecida às futuras professoras.

Diante desses apontamentos, indagamos: Qual o perfil de professoras que a Escola Normal de Ponte Nova pretendia formar nos seus primeiros 30 anos de atuação?; Quais as práticas vivenciadas no interior da Escola contribuíram para a constituição de uma cultura escolar “específica” para a formação de professoras?; De que maneira o ideário republicano se traduzia nesse espaço formativo de caráter católico?

Essas e outras questões nortearam nosso estudo com a intenção de contribuir para a construção de uma história, até então, não sistematizada em forma de narrativa. O interesse pelo assunto surgiu em consequência da experiência acumulada como bolsista de Iniciação Científica durante os anos em que cursei Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa. Nesse período (2009 - 2013), oportunizou-se o trabalho em três pesquisas financiadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e orientadas pelo professor Dr. Denilson Santos de Azevedo, que abordavam a história das instituições escolares no município mineiro de Ponte Nova.

O foco das pesquisas em questão esteve relacionado ao período de criação e aos primeiros anos de funcionamento de dois estabelecimentos de ensino, pioneiros em seu nível de formação, construídos no município mineiro durante a República Velha: o Grupo Escolar Antônio Martins, criado em 1913 e a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, criada em 1896.

⁵ Menezes e Santos (2002, n.p.) definem uma instituição confessional como uma “escola vinculada ou pertencente a igrejas ou confissões religiosas. A escola confessional baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa religião, diferenciando-se, portanto, das escolas laicas. Para esse tipo de escola o desenvolvimento dos sentimentos religioso e moral nos alunos é o objetivo primeiro do trabalho educacional”.

Esse último trabalho, envolvendo a Escola Normal, foi concluído no ano de 2012 e nos permitiu conhecer algumas características elementares dessa instituição de ensino. As fontes escritas oficiais, que se encontravam sob os cuidados da própria Escola Nossa Senhora Auxiliadora (ENSA) serviram de suporte para a construção de um estudo ainda pouco aprofundado acerca da formação docente oferecida nesse espaço.

As principais informações obtidas por meio dos documentos oficiais davam conta de aspectos específicos quanto à chegada as Irmãs salesianas na cidade, as primeiras ações de cunho religioso em que estiveram envolvidas e as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de funcionamento da Escola. Por outro lado, aspectos referentes ao currículo desenvolvido na instituição, à pedagogia empregada pelas salesianas e à cultura da Escola construída ao longo dos anos, permaneceram ocultos naquele momento.

O caráter religioso e devocional revelou-se predominante em detrimento dos aspectos de ordem prática referentes à formação docente. Isso deveu-se ao fato da documentação analisada ser produto de uma história contada pelas próprias religiosas, que tinham interesse em ressaltar as obras de sua Congregação e as contribuições de seu trabalho missionário para o desenvolvimento da religião católica e para a propagação da fé no referido município.

A inquietação por conta da ausência de informações que colaborassem para a construção de uma história mais complexa a respeito da formação oferecida às normalistas fez com que buscássemos novas fontes de análise e nos dedicássemos à continuidade do estudo. Essa lacuna tornou-se uma das justificativas para a realização dessa pesquisa de Mestrado pela possibilidade de contribuir com discussões pertinentes ao campo, à medida que nosso interesse é evidenciar aspectos até então desconhecidos.

Assim, como forma de dar continuidade ao estudo a respeito da história dessa instituição, preencher lacunas deixadas em aberto pela pesquisa anterior e produzir conhecimentos acerca desse espaço destinado à formação docente, nos propomos, nesse momento, a investigar nosso objeto sob outra ótica.

Em meados dos anos 90, o cenário da historiografia educacional brasileira sofreu algumas mudanças devido aos questionamentos de muitos pesquisadores acerca das temáticas, tidas como legítimas nas décadas anteriores, e dos estudos relacionados à sociedade e à educação que não abarcavam a diversidade e a complexidade dos temas investigados. Furtado (2011, p. 3) infere que “as pesquisas com objetos singulares e os estudos voltados ao pluralismo epistemológico” ganharam notoriedade dentro do campo e foi nesse contexto de mudanças que temas como cultura escolar, formação de professores, currículo e práticas educativas passaram a ser valorizados.

No campo de pesquisa da História da Educação, a instituição passou a ser estudada quanto à sua materialidade e quanto às suas finalidades, permitindo a construção de novas modalidades interpretativas. Ainda de acordo com as inferências de Furtado (2011, p. 148), “o olhar do pesquisador foi deslocado para o interior da escola e suas investigações se organizaram no sentido de compreender os saberes” corporificados nos planos de ensino, nas falas dos professores, nas práticas disciplinares, nos livros didáticos, etc.

Uma abordagem baseada na utilização de fontes diversificadas possibilita ao pesquisador a construção de um “retrato da instituição”, levando em conta os aspectos de sua organização, seu cotidiano, sua cultura, seus rituais e seu significado para aquela sociedade (BUFFA, 2002, p. 27). As informações que fornecem subsídio para a produção de pesquisas nessa área podem ser encontradas, principalmente, nos arquivos da própria escola.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.27) a palavra *arquivo* é definida como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. No que se refere ao *arquivo escolar*, Vasconcellos (1999, p. 42) ressalta que este é caracterizado como “conjunto de documentos organicamente acumulados, cujas informações permitem a trajetória de vida de seu titular”. Bonato (2005, p. 3) completa essa definição afirmando que os arquivos escolares “são espaços de memória, depositários de fontes produzidas e acumuladas na trajetória do fazer pensar o pedagógico no cotidiano das escolas”.

Na concepção de Mogarro (2005, p. 109), os arquivos escolares ocupam um lugar de centralidade dentro do universo de fontes de informações que podem ser utilizadas para construir a trajetória da instituição escolar. A variada documentação, de caráter histórico, burocrático e pedagógico, produzida pela escola e por seus atores revela-se como uma fonte inesgotável de elementos que possibilita a realização de pesquisas e interpretações sobre os processos educacionais e a história da educação em si. Quanto a esse tipo de pesquisa, Buffa (2002, p. 27) considera que seja “uma maneira de estudar a história e a filosofia da educação brasileira, visto que as instituições que compõem os sistemas escolares estão impregnadas pelo valor de cada época”.

Quando falamos em registros e documentos devemos considerar que tratam-se de produções humanas, carregadas de subjetividade e que forma construídas a partir de um contexto histórico diferente. Portanto, é necessário que o pesquisador tenha uma visão ampliada dos fatos, discutindo as questões dialéticas entre o particular e o universal, de modo a ponderar os elementos que, mesmo de forma indireta, interferiram na produção do registro.

Trabalhar com a história das instituições escolares é se dedicar ao estudo das singularidades. Nesse sentido, Gatti (2002, p.20) afirma que a investigação se dá pela “apreensão daqueles elementos que conferem um sentido único à instituição educacional no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos”.

Assim como outros estudos históricos, as pesquisas acerca das instituições escolares também enfrentam desafios, como por exemplo: as condições precárias de conservação dos arquivos, o armazenamento aleatório de documentos, a deterioração dos materiais, etc. (SILVA, 2012). Muitas vezes, a escola não conta com um espaço próprio e adequado para guardar sua documentação mais antiga, depositando-a em locais de difícil acesso, o que favorece a deterioração do conteúdo. A preservação da memória institucional ainda não é uma realidade na maioria das escolas brasileiras e sua necessidade vem sendo discutida por diversos grupos de pesquisa do país⁶.

⁶ Dentre eles podemos destacar: Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação – GEPHE, da Universidade Federal de Minas Gerais; Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação

Para Saviani (1999, p.20), além dos já citados, existe ainda outro obstáculo a ser superado pelo pesquisador e que se refere ao trabalho de articulação dos diversos tipos de fontes, de modo a não deixar escapar as características e o significado do fenômeno investigado. A pluralidade de fontes, embora seja positiva para o estudo histórico, merece cuidado especial, de forma que as informações contidas em cada material analisado se apresentem ao leitor de maneira articulada, favorecendo a compreensão do todo.

Se em determinada época as fontes escritas oficiais foram consideradas suficientes para a pesquisa histórica, o que percebemos nas últimas décadas é uma mudança nesse cenário e a exigência do uso de outras estratégias. Jornais, entrevistas, mobiliários, documentos extraoficiais e fotografias, são utilizados, cada vez mais, pelo pesquisador na busca de encontrar indícios que auxiliem na reconstrução da história. Mais importante que a natureza da fonte histórica são as informações que dela provem. Os documentos para fins de análise histórica, assim como os aspectos apreendidos nas mais diversas fontes, precisam ser problematizados na tentativa de responder às questões colocadas por cada trabalho.

A qualidade da pesquisa e sua relevância dentro do campo dependerão, em boa parte, da maneira que o pesquisador lida com as fontes de que dispõe. Reconhecendo os limites da pesquisa histórica, acreditamos que o estudo da história das instituições educativas representa uma valiosa contribuição para a compreensão dos processos educativos e para o desenvolvimento da educação em nosso país.

Ao realizarmos o presente estudo, recorreremos a autores que versam sobre a história da educação, das instituições educativas, das escolas normais e das instituições confessionais. Nesse viés, foram considerados os estudos de Luciano Mendes de Faria Filho (1999; 2000), Cynthia Veiga (2003; 2007) e Irlen Gonçalves (2006; 2008) no que tange à história da educação em Minas Gerais. Já a contribuição de Justino Magalhães (1996) e Décio Gatti Júnior (2000; 2002)

Brasileira, da Universidade Federal de Uberlândia; Núcleo de Pesquisa em História da Educação – NEPHE, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

esteve relacionada às publicações que abarcam a história das instituições educativas. Quanto às escolas normais, foram privilegiadas as pesquisas de Heloísa Villela (1999; 2000; 2008) e Leonor Tanuri (2000). Os estudos de Fernanda Ortiz (2014), Therezinha Tofoli (2003) e Geovana Melo (2002) forneceram informações relevantes quanto a história de instituições confessionais.

Outra referência utilizada foram os estudos de Riolando Azzi, especialista na trajetória da Igreja Católica no Brasil e Antônio Brant Ribeiro, historiador mineiro que se dedica à história da cidade de Ponte Nova. Entre as obras de Azzi destacamos a coleção “As filhas de Maria Auxiliadora: cem anos de História”, volume I (1999), II (2002) e III (2003). Quanto as produções de Ribeiro Filho foram privilegiados o livro “Ponte Nova: 1770 – 1920: 150 anos de história”, publicado em 1993, e a revista em comemoração aos 100 anos do bairro de Palmeiras, de 1997.

Além das fontes bibliográficas, outra estratégia relevante utilizada nesse estudo foi o uso de fontes documentais escritas, como por exemplo, atas, relatórios, correspondências e registros diversos. Com o intuito de delinear a história da formação de professores oferecida pela Escola Normal, conhecer o perfil dos sujeitos envolvidos nesse processo, assim como os aspectos que caracterizavam a organização administrativa e pedagógica da Instituição e os elementos que conferiam identidade a esse espaço, recorreremos a análise desse conjunto de fontes documentais que se encontram sob os cuidados da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

O uso de documentos na pesquisa histórica pode abarcar, na compreensão de Mazzotti & Gewandsznajder (1998, p.169),

qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas [...]. Cartas, diários pessoais, jornais, revistas, também podem ser muito úteis para a [...] reconstituição de uma situação passada.

Compreendendo as fontes documentais como registros do passado e, portanto, potencialmente reveladoras, selecionamos e analisamos um total de 18 (dezoito) pastas contendo impressos que compreendem o período entre os anos de 1899 a 1930. Em função do curto tempo de investigação, optamos por privilegiar os materiais que remetessem aos aspectos mais significativos diante dos objetivos dessa pesquisa, como por exemplo: livros de matrícula, atas de exame, registros de diploma, termos de visita e atas de reunião. Dessa forma, o conjunto de documentos com os quais trabalhamos encontra-se organizado no Quadro I:

NÚMERO DA PASTA	TIPO DE DOCUMENTO	DATAÇÃO
01	Atas do Curso Normal	1917/1926
02	Atas e Matrículas	1914/1917
09	Atas 1º e 2º ano	1927/1931
12	Matrícula C. Normal	1899/1916
14	Matrículas e Atas	1927/1932
15	Atas C. Normal	1935/1943
17	Atas C. Normal	1916/1926
20	Atas C. Normal	1921/1926
21	Atas C. Normal	1925/1931
28	Atas Classes Anexas (Primário)	1928/1958
37	Atas C. Normal	1921/1942
104	Registro Diplomas	1920/1932
105	Registro de Diplomas	1907/1919
146	Estatísticas	s/d
147	Regimentos	s/d
148	Declarações – Ofícios - Atestados	s/d
153	Correspondências	s/d
157	Termos de visita	s/d

Quadro I: Documentos pesquisados no arquivo da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.
Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora (1896-1930)

Embora cada pasta apresente um recorte temporal específico notamos uma não linearidade na documentação, ou seja, pastas que deveriam conter registros de um certo período de tempo acabaram assinalando inúmeras ausências temporais. Os anos iniciais são os que apresentam maior ausência de registros escritos enquanto meados de 1920 e 1930 contam com uma documentação mais sistematizada.

Grande parte da documentação escrita analisada encontrava-se em bom estado de conservação o que contribuiu para o manuseio e para a consulta das fontes. Porém, pela impossibilidade de retirada do material dos domínios da escola, foi necessário realizamos a digitalização de todas as pastas para, posteriormente, efetuarmos uma análise mais aprofundada.

Quanto ao conteúdo de tais registros, notamos que este se referia a questões, na maioria das vezes, burocráticas e que nos remetia ao universo administrativo da Escola. As informações mais expressivas para este estudo foram encontradas nas Atas de Matrícula e diziam respeito às normalistas (nome, idade, cidade de origem, filiação, etc.), o que nos permitiu traçar um esboço acerca do perfil das jovens que procuravam formação na Instituição. Além disso, as Atas de Exame⁷ também se configuraram como uma fonte interessante de análise, já que apontavam a organização curricular de cada ano e o nome das docentes responsáveis por cada cadeira. Outra pasta relevante foi a de Registro de Diplomas que apresentava dados alusivos ao número de alunas que concluíam seus estudos na Escola, diplomando-se professoras primárias.

Contudo, cabe ressaltar que aspectos relacionados ao dia a dia escolar, às relações tecidas entre os sujeitos e às festas organizadas ao longo do ano apareceram de maneira vaga nesse grupo de documentos. Dessa forma, muitas informações precisaram ser coletadas em outras fontes, tais como revistas comemorativas, anuários, crônicas e fotografias. Somente a partir da

⁷As Atas de Exames estavam organizadas nas pastas que recebiam o nome de Atas C. Normal, juntamente com outros documentos aleatórios da Escola.

interpretação desses elementos fragmentados, é que se pode inferir aspectos mais subjetivos da rotina escolar e da formação oferecida na Instituição.

Outra fonte de pesquisa que contribuiu com esse estudo, embora utilizada em menor proporção, foram os registros fotográficos. A utilização do acervo fotográfico da Escola nos possibilitou deslumbrar nuances silenciadas pelas fontes escritas oficiais, revelando momentos da história da instituição que retratam elementos da cultura escolar. Nesse sentido, torna-se mister ressaltar que o emprego de fotografias na pesquisa histórica deve ser prudente pois, como afirma Prado (2007, p. 3),

A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, porém, por si só não representa o conhecimento definitivo, mas sim, apenas o registro de um momento, o valor histórico como fonte documental vai ser conquistado a partir da pesquisa, do estudo da imagem.

Desse modo, procuramos não apenas contextualizar as imagens selecionadas como problematizar os aspectos observados a partir das informações angariadas em outras fontes. Cabe ressaltar, ainda, que o acervo consultado não se encontrava organizado e que muitas imagens não apresentavam datação, o que nos levou a utilizar apenas aquelas que traziam informações sobre seu período.

A memória histórica representada pela fotografia ganha mais valor quando vem acompanhada de narrativas acerca da imagem representada no papel. Por esse motivo também utilizamos crônicas e textos produzidos pelas normalistas e pelas religiosas que vivenciaram os primeiros anos de funcionamento da Escola. Tais registros foram encontrados em duas revistas⁸ publicadas pelas salesianas e que se encontravam sob os cuidados do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa (CSDP)⁹. Esse material forneceu

⁸ Duas revistas analisadas trazem publicações de textos e crônicas de alunas, ex-alunas e religiosos salesianos, sendo elas: Irmãs Salesianas – 100 anos de presença em Ponte Nova, Minas Gerais que foi publicada no ano de 1996 e Ecos de Ponte Nova – Jubileu de ouro (1896-1946), publicada em 1946.

⁹ O Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa (CSDP) localizado na cidade de Barbacena – Minas Gerais tem como finalidade recolher e organizar todo tipo de publicação (livros, periódicos, imagens, etc.) referente: 1) aos Salesianos e à Família Salesiana; 2) às obras e atividades salesianas; 3) à Igreja

informações ímpares a respeito do cotidiano escolar, da rotina rígida estabelecida às alunas, da pedagogia salesiana expressa nas atividades diárias e, ainda, dos festejos em comemoração a essas duas datas específicas (Jubileu de ouro e Centenário) que representaram um marco na história da Escola Normal.

Além da documentação encontrada no arquivo da própria instituição e das revistas localizadas no CSDP também visitamos o Arquivo Público Mineiro (APM)¹⁰ com o objetivo de apreciar a documentação produzida nos primeiros anos do período republicano, que se refere às legislações educacionais e aos regulamentos de ensino do curso normal datados de 1906, 1910 e 1916, que se encontram organizados no Fundo da Secretaria do Interior (código SI).

Outra fonte consultada, ainda que em menor proporção, foram os jornais da época, com destaque para “O Piranga”, “A Notícia” e “Jornal do Povo” encontrados no Arquivo Municipal da Prefeitura de Ponte Nova. De todo o material consultado, um acervo de, aproximadamente, quatrocentos exemplares jornalísticos alusivos ao período entre os anos de 1890 e 1935, apenas uma pequena parcela foi significativa ao estudo.

Sendo assim, buscamos compreender a trajetória construída pela Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora durante seus primeiros trinta anos de trabalho dedicado à formação de normalistas por meio do conjunto de documentos apresentados. Acreditamos, assim como Lopes e Galvão (2005, p. 91), que “nenhuma fonte poderá ter valor por si só, pois exige o trabalho de cruzamento e compatibilização com várias outras fontes”.

Partindo de um amplo e complexo conjunto de dados, selecionamos aqueles que se revelaram mais significativos na construção da história acerca da instituição em questão. O confronto das informações obtidas pela revisão de literatura e dos elementos recolhidos nas fontes específicas de análise nos permitiu evidenciar aspectos até então não sistematizados, justificando assim o

(documentos e orientações pastorais); 4) às obras de apoio à pesquisa. Fonte: <http://www.csdp.salesianos.br/> Acesso em 12/07/15.

¹⁰ O Arquivo Público Mineiro, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, é o órgão responsável por planejar e coordenar o recolhimento de documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo em Minas Gerais, assim como os documentos privados de interesse público. Encontra-se sob os cuidados dessa instituição documentos referentes a educação pública mineira com datação anterior a 1930.

esforço no sentido de construir um trabalho que reconhecesse a relevância da Escola Normal no cenário educacional mineiro.

Dessa maneira, a pesquisa que resultou nessa dissertação de Mestrado está organizada em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No Capítulo I discorremos sobre o início do processo de instauração das escolas normais no Brasil, nos atentando, principalmente, ao período da Primeira República. Além disso, refletimos sobre a participação das ordens religiosas católicas no processo de expansão do ensino e sua contribuição para a formação da mulher.

No Capítulo II tivemos como objetivo analisar o processo de criação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, a chegada do primeiro grupo de irmãs salesianas à cidade de Ponte Nova, os desafios enfrentados e a consolidação de seu trabalho durante os primeiros anos de atividade.

Já no Capítulo III, nosso interesse foi apresentar os sujeitos envolvidos no processo de formação de professores da Escola Normal, tanto as salesianas formadoras, quanto os inspetores de ensino e membros da Igreja católica que contribuíram com o curso normal. Ademais, levantamos aspectos do perfil das estudantes que se matricularam na Instituição durante o período em foco, na tentativa de conhecer a realidade socioeconômica e cultural dessas jovens. Dedicamos ainda atenção especial à organização curricular da Escola Normal, suas alterações, especificidades e o lugar ocupado pela prática pedagógica.

Embora o recorte temporal desse estudo apresente-se como um desafio *a priori*, nosso objetivo principal é tecer considerações, ainda que panorâmicas, que cooperem para o entendimento dos aspectos referentes à criação, à organização e ao desenvolvimento das atividades formativas e educacionais dessa Instituição hoje centenária.

CAPÍTULO I

BREVES REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA DAS ESCOLAS NORMAIS BRASILEIRAS

Nesse primeiro capítulo buscamos apresentar um breve histórico acerca das escolas normais brasileiras, desde o final do período Imperial até a primeira fase do regime republicano. Para tanto, iniciamos nossa discussão pelo momento de surgimento e consolidação desses espaços destinados à formação docente. Nesse sentido, abordamos a relação da Igreja Católica nesse processo que, por meio de sua rede de escolas confessionais instaladas no país contribuiu para a expansão da educação escolarizada, inclusive a nível secundário. Além disso, destacamos o processo de feminização do magistério, iniciado no século XIX, e a forma como as mulheres passaram a ter maiores oportunidades na continuação de seus estudos primários, condição que lhes foi negada em outras épocas.

1.1 - Escolas normais e formação docente

O processo de institucionalização da profissão docente no Brasil teve início em meados de 1830, com a criação das primeiras escolas normais destinadas à formação de professores para o ensino de primeiras letras. De acordo com Accácio (2011), a intenção de formar profissionais para atuar junto à instrução primária pode ser percebida a partir da assinatura do Ato Adicional de 1834 que passou a responsabilizar cada província pela organização e pela administração de seus sistemas de ensino, tanto o primário quanto o secundário.

Nessa época, a preparação dos professores não era sistematizada e ocorria de forma prática no interior das escolas de primeiras letras. Tanuri (2000, p. 63) ressalta que,

antes que se fundassem escolas especificamente destinadas à formação de pessoal docente, encontra-se nas primeiras escolas de ensino mútuo – instaladas a partir de 1820 – a preocupação não somente de ensinar as primeiras letras, mas de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método. Essa foi realmente a primeira forma de preparação de professores, forma exclusivamente prática, sem qualquer base teórica [...].

Ainda no que se refere à formação docente durante o período Imperial Tanuri (2000, p. 3) afirma que as primeiras iniciativas brasileiras, reclamadas a partir de 1870, “adotaram um modelo europeu, mais especificamente o francês, resultado de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural europeia”.

Quanto à fundação das primeiras escolas normais no País, temos: Niterói (1835), Minas Gerais (com criação em 1835 e instalação em 1840), Bahia (com criação em 1836 e instalação em 1841), Pará (1839), Ceará (1845) e São Paulo (1846). Entre as instituições citadas, destacamos a escola normal de Niterói, pelo fato de se tratar da primeira escola normal pública das Américas (LOPES, 2013, p. 108).

Ocorre, em 1889, a transição do Império para a República e o país passa a adotar o modelo político estadunidense, baseado no sistema presidencialista e federalista, transformando as antigas Províncias em Estados. Entretanto, durante esse período, não foram realizadas mudanças significativas com relação à educação, apenas a continuidade da descentralização administrativa e educacional que já vinha se configurando.

De acordo com as inferências de Gonçalves Neto (2002), o objetivo principal no período republicano, em termos educacionais, era alcançar o progresso e modernizar a Pátria, controlando o sujeito através da formação moral e da instrução básica. A escola é pensada, então, como o local apropriado para instruir o cidadão, civilizar o povo, impor hábitos burgueses e moldar os indivíduos de acordo como os interesses do país.

A instrução, pregada como sinônimo de progresso e compreendida como algo capaz de produzir uma espécie de regeneração nacional, priorizava o ensino primário e, conseqüentemente, o ensino normal. Isso porque a formação de professores está diretamente relacionada à expansão da educação escolarizada.

Se por um lado o objetivo era concretizar o sistema educacional no País a partir da alfabetização da população como estratégia para alcançar o tão almejado progresso, por outro era necessário formar profissionais competentes para atuar nestes espaços e que fossem capazes de disseminar os ideais republicanos. É nesse sentido que as escolas normais ganham espaço, de maneira gradativa, no cenário educacional brasileiro e se tornam reconhecidas como locais específicos para a formação de professores.

O Estado de São Paulo fundou sua primeira escola normal em 1846, sob a regência de um único professor, Manuel José Chaves, recebendo apenas meninos. Durante vinte anos, essa instituição formou 40 professores primários e, devido à falta de recursos financeiros, precisou ser fechada em meados de 1878. Durante esse período os episódios de abertura e fechamento foram constantes em consequência das condições precárias de funcionamento que a escola apresentava.

Já no Estado de Minas Gerais, a primeira instituição destinada à formação de professores foi criada no ano de 1840, na cidade de Ouro Preto, então sede da província. Porém, após dois anos de funcionamento a escola foi fechada em razão da morte de seu fundador, Francisco de Assis Peregrino. Essa instituição também passou por diversos momentos que impossibilitaram seu funcionamento regular. Em 1871, após permanecer fechada por 24 anos, a Escola foi novamente aberta pelo então Presidente da província mineira, Antônio Luiz Affonso de Carvalho. De acordo com Ferreira (2010, p. 67), para este Presidente, era inconcebível pensar em professores sem a existência das escolas normais, instrumentos fundamentais para a formação destes profissionais e com papel relevante na institucionalização de uma nova cultura de formação.

Villela (2004) aponta que o fechamento e a extinção de escolas normais eram comuns durante as primeiras tentativas de organização desse nível de ensino. Ainda segundo o autor, esse fato não representava o desinteresse do Estado pela oferta da formação docente, mas sim um redirecionamento das prioridades, o que estava sempre em modificação de acordo com as exigências de cada época. Cabe ressaltar que a criação das escolas normais era algo recente em nosso país e como toda iniciativa nova encontrou percalços até se estabelecer como modalidade de ensino oficial. Nesse sentido, Tanuri (2000, p. 64) ressalta que

em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem algum êxito a partir de 1870, quando se consolidam as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino.

No entanto, com o advento da República, mais especificadamente no final do século XIX, ações políticas no sentido de sistematizar e consolidar a formação de professores no território nacional fizeram com que os estabelecimentos de ensino encontrassem condições mais favoráveis, tanto para implantação quanto para permanência.

De acordo com os estudos de Arruda (2011, p. 205) podemos afirmar que a preparação dos professores dependia da produção de uma nova forma escolar em detrimento dos antigos modos de ensinar e aprender, o que passou a ser viabilizado por meio das escolas normais. Nesse sentido, Nóvoa (1991, p. 15) acrescenta que as escolas normais representaram uma conquista para o professorado e que estas instituições se configuraram como “uma verdadeira mutação sociológica do corpo docente: o ‘velho’ mestre escola é definitivamente substituído pelo ‘novo’ professor de instrução primária”.

As mudanças sociais, políticas e culturais enfrentadas pelo Brasil, principalmente no final do Período Imperial e início do Período Republicano, refletiram, conseqüentemente, no campo educacional. O “novo” sujeito que, aos poucos, ia se afirmando em nossa sociedade necessitava de uma formação escolar ministrada por professores melhor preparados para esta finalidade, a de educar e instruir.

O aumento gradativo de escolas normais no Estado de Minas Gerais, assistido no final do Império, fez parte do processo de escolarização e formação profissional que estava começando a se expandir no território nacional. Enquanto no ano de 1867 eram apenas quatro escolas normais espalhadas pelo país, em 1883 esse total sobe para vinte e dois, ou seja, em um período de 16 anos, foram criadas dezoito escolas destinadas à formação de professores no Brasil. Cabe ressaltar que grande parte dessas escolas era de iniciativa privada, organizadas e dirigidas por ordens religiosas católicas.

No ano de 1890 foi aprovada a primeira lei no campo educacional posterior à Proclamação da República, a Reforma Benjamin Constant. Além de aprovar o regulamento da instrução primária e secundária, Constant também se dedicou à reforma educacional da escola militar e da escola normal. Essa última revela certa valorização da formação profissional, uma vez que, a partir de então, só poderiam exercer a profissão docente aqueles que houvessem frequentado as escolas normais.

No âmbito do Estado de Minas Gerais editou-se a Reforma Afonso Pena, através da lei nº 41 de 03 de agosto de 1892. Tal Reforma trouxe, em seu artigo 158, que o ensino profissional dos alunos do magistério deveria ser oferecido

pautado na educação intelectual, moral e prática, a fim de que os mesmos concluíssem o curso, capacitados a exercer, com bom desempenho, seus deveres como professor primário.

De acordo com as inferências de Gouvêa e Rosa (2000, p.24), “no período republicano, o projeto educacional do Estado afirma-se em ruptura com uma situação anterior de suposta ausência de uma política de instrução que se inauguraria com a nova ordem”.

Se até então não havia uma política de instrução concreta no que tange à formação de professores, o que se percebe neste momento (início do período republicano) é uma nova postura assumida pelos governantes. Ainda segundo esses autores,

A progressiva legitimação do papel das escolas normais na formação docente significará, com o passar dos anos, o investimento na sua ampliação, com aumento significativo do número destas escolas [...] de maneira a descentralizar o projeto de qualificação do professorado (GOUVEA & ROSA, 2000 p.23).

Ou seja, com o aumento do número de escolas no território mineiro, a qualificação dos docentes se apresentou mais descentralizada, visto que até então, o que se notava era a necessidade dos aspirantes a professores se dirigirem à nova capital do Estado, Belo Horizonte, a fim de que pudessem se habilitar no método de ensino proposto na época.

Entre o final do século XIX e início do século XX, nota-se uma maior preocupação no que se refere ao processo de formação dos professores primários, principalmente quanto às questões ligadas à profissionalização e a nova postura moral e social que deveria ser assumida por aqueles que pretendiam seguir a carreira docente.

Dessa forma, podemos dizer que, somente nesse período, representado pela transição entre Império e República, as práticas de ensino executadas no interior das escolas normais passaram a ser consideradas elementos formativos indispensáveis para a constituição da carreira docente e o exercício do magistério. Ao mesmo tempo em que ocorreu a expansão do ensino primário

possibilitado pela criação e consolidação dos grupos escolares em território nacional, percebemos a expansão do ensino normal com o objetivo de suprir a carência de profissionais aptos para atuar nas escolas de primeiras letras.

1.2– A formação da mulher: esposa, mãe e professora

Para que a educação nacional pudesse avançar, era necessário que fossem considerados os diferentes contextos locais e suas necessidades. As diversas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram desde o final do século XIX, com o início do período republicano, introduziram novos padrões de comportamento na sociedade e sinalizavam para a necessidade de um sistema público de educação. Nesse sentido, Silva (2005, p. 68) afirma que “a necessidade de expansão do ensino primário, dada a importância atribuída a essa área pela modernidade, colocou em pauta no contexto brasileiro, a preocupação com a formação da mulher”.

A Igreja Católica que vivenciava um período transformador de busca pela conservação de seu domínio e tradição enxergou na educação, principalmente da mulher, a oportunidade de constituir sua política evangelizadora e, ao mesmo tempo, reacionária em relação à modernidade. Antes mesmo da separação oficial entre Estado e Igreja, essa já se sentia ameaçada pela possibilidade de implantação do regime republicano no Brasil e a possível laicização oficial do governo. Isso porque o movimento republicano trazia, em sua gênese, um ideal liberal positivista relacionado ao movimento de modernização pretendido para o país, o que poderia significar grandes perdas para a Igreja.

Data do final do século XIX e início do século XX a fundação e instalação de diversas instituições religiosas de ensino dedicadas à formação da juventude, contribuindo assim para o processo de Romanização da Igreja¹¹ em terras

¹¹A Romanização foi um processo de reestruturação da Igreja Católica, no qual a atenção eclesiástica se voltava para as ordens que vinham de Roma na tentativa de ganhar espaço em terras brasileiras. Para tanto, a Santa Fé enviou inúmeros agentes missionários ao país, pertencentes às congregações religiosas europeias que se encontravam em crise devido ao crescimento do laicismo e do liberalismo (AZZI, 1983, p. 18).

brasileiras. Sobre esse processo, Dias (2008, p.18) afirma que foi uma estratégia utilizada pela Igreja,

para aumentar sua influência, garantir sua estrutura e seus bens e ainda fazer valer sua doutrina frente aos embates e acordos políticos-ideológicos que se deram entre poder eclesial e poder governamental, desde o século XVII até as primeiras décadas da República.

Constituindo-se como um processo interno de reestruturação da organização da Igreja, a Romanização contribuiu para que escolas católicas, mantidas por congregações religiosas europeias, se proliferassem pelo país (ALVES, 2009, p. 5). Dessa forma, a escola se configurou como um espaço de atuação interessante para a Igreja por ser um local legitimado socialmente para o aprendizado de valores tidos como indispensáveis para a vida em sociedade, transmitindo padrões culturais e modelando comportamentos.

Quanto a isso, Alves (2005, p.2) acrescenta que foi a partir do advento da República que a atuação da Igreja se tornou mais efetiva, pois, neste período, “a escola passa a ser elemento de destaque na estratégia do episcopado para acelerar o processo de Romanização da Igreja no Brasil, e para fazer face à rede de escolas protestantes que começam a surgir, numerosas, em todo o território nacional”.

A função educativa aparece como um cuidado constante da Igreja ao longo de todo esse período e, no que se refere à formação de professores, essa preocupação pode ser justificada, sobretudo, pelo fato de que ao controlar a formação dos futuros docentes seria possível controlar também a formação oferecida às futuras gerações. A escola, pensada primeiramente como um espaço de atuação do Estado para formar novos cidadãos republicanos, também passou a ser almejada pela Igreja que precisava garantir seu espaço frente ao ideário liberal.

Nesse sentido, Carvalho (2004, p. 12) ressalta que a importância da escola, tanto para o Estado quanto para a Igreja, durante o processo de Romanização que acompanhou o período republicano, pode ser justificada

tendo em vista que, por meio dela, cada qual procurava garantir seus princípios, sua versão dos fatos, seus ideais de homem e de sociedade.

Outro aspecto relevante quanto às escolas confessionais é o fato de se apresentarem como uma alternativa economicamente viável para o sustento e a manutenção da Congregação responsável pelas atividades desenvolvidas em determinado local. Isso faz com que o interesse da Igreja pela educação se tornasse mais que uma estratégia de manutenção da sua influência na sociedade, mas também uma necessidade em termos financeiros.

Sendo assim, notamos certa reaproximação do Estado e da Igreja, em termos práticos, apesar da separação formal que ocorrera com o advento da República. Em princípio, todos saíram ganhando: o Estado pela ampliação da oferta educacional, a Igreja que garantia seu espaço social para propagação da fé e uma fonte de rendimento para a sustentação de suas obras religiosas e a população, que passou a contar com colégios dedicados à instrução da juventude e formação de professores.

Ao avaliarmos o projeto educativo católico no contexto brasileiro, compreendemos que a Igreja assumiu, de forma significativa, seu caráter educacional e que a relevância que as Congregações desempenharam neste período retratava os objetivos da própria Igreja de evangelizar o povo através da educação.

A relevância das ordens religiosas católicas reside ainda no que se refere à educação da mulher. A formação das meninas era confiada às congregações não apenas em busca de uma profissão socialmente aceita, mas na crença de que elas estariam sendo educadas dentro dos princípios católicos e tradicionais da Igreja, tão caros à sociedade da época. Nesse sentido, Rago (1997, p.150) ressalta que no ambiente escolar “as mulheres deveriam ser mais educadas que instruídas”, o que nos leva a pensar na responsabilidade assumida pelas escolas confessionais pela formação do caráter de suas alunas.

Homens e mulheres possuíram, ao longo da história, oportunidades, contextos e processos formativos diferenciados no meio social. Muitos são os estudos realizados na área de História da Educação que discutem as questões

ligadas ao gênero na profissão docente e apontam para o fato de que, desde a segunda metade do século XIX, a carreira de professor primário passa a ser majoritariamente vinculada à figura da mulher.

Segundo Chamon (2006, p. 2), o avanço do capitalismo redefiniu a hierarquia das profissões, passando a valorizar aquelas mais condizentes com as novas exigências do mundo industrializado e suas ideologias. Neste contexto histórico e social, a profissão docente sofre significativos abalos, perdendo o prestígio que lhe era conferido, o que ocasionou uma mudança gradativa de gênero. Nesse sentido, Rosa e Sá (2004, p. 1) afirmam que, enquanto os homens, chefes de família, ocupavam os postos mais altos da hierarquia burocrática, as mulheres encontravam espaço para o trabalho extradomiciliar na carreira docente.

Além disso, as características próprias do sexo feminino tornaram-se um aspecto valorizado na atividade docente fazendo com que a mulher passasse a ser vista como mais apta que o homem na tarefa de educar as novas gerações. Quanto a isso Silva e Carvalho (2004, p. 8) afirmam que,

O magistério, comparado à maternidade, tinha na figura da sua representação a mulher, pois, era responsável pela educação dos filhos, sendo a pessoa mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos. Ao contrário dos homens, seres ásperos, rudes, poderiam, eles, tirar o gosto pela escola por parte das crianças.

Por ser considerada uma continuidade do lar, a docência levou a mulher a ocupar uma função até então dominada pela figura masculina. A inserção da mulher nessa atividade é considerada um avanço republicano e permitiu que o quadro educacional da época se reorganizasse.

A feminização do magistério encontra espaço quando as unidades federadas conseguem tomar para si a organização e o controle do ensino, através de uma legislação a princípio provincial e posteriormente estadual, e, por meio da organização de uma rede escolar pública em estabelecimentos próprios sob a forma de grupos escolares. O crescimento do número de

estabelecimentos escolares e a maior inserção feminina na carreira docente mudaram, de maneira progressiva, o cenário educacional brasileiro, refletindo no aumento do número de escolas normais, a fim de suprir a demanda por estes profissionais.

Silva e Carvalho (2004, p.12) ressaltam que a Primeira República marcou um período de

transição entre o novo e o velho na sociedade brasileira, e provocou mudanças na esfera educacional. A mulher participou dessas mudanças, ainda que enclausurada pelas paredes dos ideários católicos e oligárquicos da sociedade republicana.

Conciliando o desejo de educar os jovens por parte das famílias, com o interesse do bispado pela disseminação do catolicismo na vida cotidiana dos fiéis, a educação da mulher assumiu novas proporções educacionais nos institutos confessionais.

Neste contexto de mudanças sociais, foi se consolidando a ideia de que a mulher seria por natureza uma educadora e, portanto, mais apta a desempenhar atividades de ensino, que se assemelhavam à educação de seus filhos no ambiente doméstico. O fato das mulheres conquistarem espaço no cenário educacional do país é considerado um progresso relevante no contexto de mudanças sociais e históricas ocorridas no período da Primeira República.

A atuação das congregações religiosas, em especial das católicas, no que tange à formação de professores estava relacionada diretamente não apenas com a instrução profissional de seus alunos, mas também com uma educação de conduta social, religiosa e, no que se refere às mulheres, com uma formação para o cuidado do lar. Segundo Ferreira (2010, p. 32), a Igreja buscou se consolidar diante do regime republicano, na tentativa de estabelecer uma reforma moral por meio da religião, utilizando, para isso, seu número considerável de congregações que se opunham ao laicismo integral do ensino.

Entre as diversas ordens católicas instaladas no Brasil¹² e que se dedicaram à formação da juventude destacamos a atuação dos Salesianos, mais especificamente das Irmãs Salesianas, também conhecidas como Filhas de Maria Auxiliadora. De acordo com as inferências de Gonçalves Neto (2013, p. 50), a experiência dessas religiosas na Europa tornava-as atraentes para os bispos brasileiros, ansiosos em difundir a fé católica por meio da educação, bem como para as autoridades públicas que contavam com o auxílio dessas congregações para expandir o seu quadro educacional.

No Brasil, as salesianas chegaram a meados de 1890 e, de acordo com Azzi (1999, p. 22) se estabeleceram na região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo. Essa congregação procurou instalar sua obra religiosa e educativa longe dos grandes centros, acreditando que no interior, a tradição católica mantinha-se forte o que favoreceria sua atuação, diferentemente do que ocorria nas grandes cidades, que revelava forte espírito liberal. Já nas primeiras décadas do século XX, a expansão da atuação da ordem salesiana atingiu quase todo território nacional.

A Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora foi a primeira instituição salesiana dedicada à formação de professoras no Brasil. Os registros de Azzi (1999, p. 23) apontam, ainda, o ano de criação de outras instituições, organizadas e dirigidas pela mesma congregação: Escola Normal Livre de Santa Inês/SP (1927); Escola Normal de Batatais/SP (1928); e Escola Normal Imaculada Conceição, Corumbá/MT (1931). Todas essas escolas, a seu tempo, contribuíram para a expansão da educação à medida que se dedicaram à formação da juventude e, em especial, das professoras.

Os colégios administrados por ordens religiosas tornaram-se “estratégias ideológicas da Igreja no seu projeto de restauração no decorrer do período republicano”, com a intenção de centralizar e aprofundar o controle católico na

¹²Os primeiros religiosos a se estabelecerem no Brasil, na época Imperial, foram os Padres da Missão (Lazaristas), seguidos pelas Filhas da caridade (Vicentinas), ramo feminino da obra fundada por S. Vicente de Paulo. Em seguida, os jesuítas que conseguiram reentrar no País. Já na última década do Império chegaram ao Brasil os dominicanos e os salesianos (AZZI, 1986, p. 9-10).

sociedade (NUNES, 1986). Por outro lado, também há de se considerar que esta contribuição foi fundamental para a expansão do ensino normal em diversas cidades, visto que o Estado sozinho não conseguiria atender satisfatoriamente todas as regiões de modo a suprir a carência de professores primários em um momento que a educação era vista como fundamental para o progresso do país.

Ao se dedicar à formação de professores, a Igreja garantia que a educação da mulher, que começava a ocupar novos espaços na sociedade, estivesse pautada sobre os ideários católicos e tradicionais. Como figura responsável pela educação de seus filhos no seio familiar, a mulher, formada dentro dos princípios religiosos, seria capaz de contribuir para a conservação do espírito católico. Como professora, essa função seria ampliada, a medida em que as crianças, confiadas à sua responsabilidade, também passavam a receber uma instrução impregnada de *ethos* religioso.

Dessa forma, temos a escola como um espaço estratégico de atuação da Igreja frente aos avanços modernizantes da República. Podemos dizer que o interesse pela educação e pela formação de professores pautou-se principalmente na possibilidade de garantir que os preceitos religiosos católicos continuassem a se disseminar mesmo após a separação oficial entre Igreja e Estado. Temos então que a formação da mulher encontrou respaldo na necessidade de expansão do ensino primário e que, nesse sentido, a contribuição das ordens religiosas foi significativa, haja vista sua atuação enquanto espaço de formação de professores.

CAPÍTULO II

ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Nesse segundo capítulo abordaremos a história de criação do município de Ponte Nova e as primeiras iniciativas educacionais empreendidas pelo governo local. Quanto aos aspectos particulares relativos à realidade da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no período de 1886 a 1930, discorreremos acerca, principalmente, do seu período de criação e dos seus primeiros anos de funcionamento. Entre os apontamentos desse tópico estão a chegada do primeiro grupo de irmãs salesianas à cidade mineira, os desafios enfrentados durante a instalação do curso normal e a consolidação do trabalho durante os primeiros anos de atividade.

2.1 – Ponte Nova: criação do município e suas primeiras iniciativas educacionais

O município de Ponte Nova localiza-se na Zona da Mata de Minas Gerais, em uma distância de 180 quilômetros da capital do Estado, Belo Horizonte. De acordo com as informações mais recente, de 2014, disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade conta com uma área territorial de, aproximadamente, 470 km² e uma população estimada em 59.814 habitantes.



Figura 1: Localização da cidade de Ponte Nova em relação a capital do Estado.
Fonte: Google Maps, 2015.

A história de criação do município tem início em meados de 1770, de acordo com o pesquisador pontenovense Antônio Brant Ribeiro Filho que se dedica ao estudo da história da cidade desde os seus primórdios e construiu, ao longo dos anos, um amplo cabedal de informações a partir de um corpus documental valioso, publicado em forma de livro no ano de 1993 e intitulado

“Ponte Nova (1770-1920) – 150 anos de história”. Essa obra, juntamente com outras produções do autor¹³, representa o que há de mais sistematizado a respeito da história dessa região mineira, tanto pelo volume de documentos analisados e fontes consultadas quanto pela riqueza de informações que disponibiliza ao leitor.

Habitada inicialmente por índios Aimorés e Puris, consta, nos registros mais antigos, consultados pelo referido autor, que a região foi desbravada pelos irmãos Monte Medeiros que, de posse de cartas de sesmarias¹⁴, fundaram as primeiras fazendas do local. A partir de então, outros sesmeiros surgiram, contribuindo para o início do desenvolvimento regional que se deu às margens do rio Piranga. A chegada dos proprietários das primeiras sesmarias à região é considerada por Ribeiro Filho (1993, p. 19) como o marco inicial do povoamento e da ocupação dessas terras.

No ano de 1770, João do Monte Medeiros, que havia sido ordenado padre pouco antes de chegar à região, solicita ao bispado de Mariana autorização para construção de uma capela, sendo-lhe concedida em 1º de julho do mesmo ano. De posse da autorização eclesiástica e dentro de um período de seis meses, as obras da capela foram concluídas no mesmo local onde hoje se encontra a Matriz de São Sebastião. A esse fato é dado o crédito de marco definitivo a fundação da cidade de Ponte Nova, como Ribeiro Filho (1993) ressaltou:

O padre, não se limitando em erigir e paramentar o templo, dota-o também de um cemitério e doa à Igreja uma porção de terra, desmembrada de sua fazenda, em 15/12/1770, atitude que permitiu o surgimento de Ponte Nova, dentro dos padrões da época, inserida no contexto da província. Este dia deveria ser, portanto, a data correta da fundação de Ponte Nova e deveria ser comemorado como tal, reverenciando a memória daquele que, com seu desprendimento e idealismo a fundou. (Ibidem. p. 29).

¹³Ribeiro Filho escreveu ainda outros quatro livros a respeito da cidade: “Desbravamento, caminhos antigos e povoamento nos sertões do leste”, “Arthur Bernardes e a revolução constitucional”, “Lavoura e Riqueza – voto e poder – uma contribuição para o estudo da história política da Zona da Mata” e “O canto do Piranga”.

¹⁴Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem o recebia pagava uma pensão ao Estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, para cá transplantou-se o regime jurídico das sesmarias. O rei, ou os primeiros donatários de capitâneas, faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. Só em 1812 as sesmarias foram oficialmente extintas. (Dicionário Dicio, 2015).

Como primeira transformação política da cidade consta sua elevação, no ano de 1832, à categoria de Freguesia. Já em 1857 é sancionada a Lei nº 827 que elevou a região à categoria de Vila, contribuindo para que se tornasse, naquela época, importante localidade da Província (Ibidem). A medida que o povoamento da região se intensificava, principalmente pelo fluxo, cada vez maior, daqueles que deixavam a região aurífera de Mariana e Ouro Preto, crescia também o número de propriedades nas margens do Rio Piranga e se estabelecia o ciclo da cana e do café, em menor proporção, demonstrando a vocação agrícola da localidade (PONTE NOVA, 2005). Quanto ao café, especificamente, Ribeiro Filho (1996, p. 57) afirma que essa cultura, que atingiu altos índices de produção e exportação no país, contribuiu mais significativamente para o desenvolvimento da região a partir da década de 80 do século XIX.

Ainda de acordo com as pesquisas desse historiador, no ano de 1860 foi introduzido no município o primeiro engenho de açúcar, com moenda de ferro, e, seis anos mais tarde, em 1886, foi inaugurada a Usina Anna Florência, consolidando, juntamente com outras propriedades, uma fase de expressivo desenvolvimento agroindustrial, baseado na cultura da cana e na sua transformação em açúcar e álcool (1993, p. 21). Desde o início do século XIX, o plantio da cana-de-açúcar se disseminava de tal forma que, a maioria absoluta das grandes propriedades possuía engenhos e o cenário da região foi transformado pelas grandes lavouras (Ibidem. p. 22).

Em decorrência do crescimento da atividade açucareira, a elite agrária que vinha se fortalecendo na região passou a pressionar o poder público de Ponte Nova para negociar, junto ao Governo Imperial, a autorização à Companhia E. F. Leopoldina para a construção de um prolongamento da linha férrea, sob a justificativa da necessidade de escoamento na produção (Ibidem. p. 110). Para Ribeiro Filho, esse acontecimento foi significativamente marcante para a economia de toda a região uma vez que “trouxe rapidamente o progresso para Ponte Nova e o transporte já não era o grande empecilho para a expansão econômica e urbana do lugar” (Ibidem. p. 117).

Foi em decorrência da inauguração dessa importante obra, em junho de 1886, que Dom Pedro II visitou a cidade de Ponte Nova. Na ocasião, o Imperador e sua comitiva também estiveram presentes nas duas escolas da cidade que funcionavam, cada qual, na residência de suas professoras: Rosalina Campos e Anna Rodrigues dos Santos (RIBEIRO FILHO, 1996, p. 32).

Desse momento até metade dos anos noventa, ainda durante o século XIX, apesar das mobilizações sociais e políticas que acompanhavam o desenvolvimento econômico e urbano da região, a educação não alcançou lugar de destaque. O que prevaleciam eram iniciativas particulares de formação de turmas unidocentes para alfabetização e instrução básica (Ibidem. p. 21). Vale lembrar que, nessa época, eram os grandes centros, como a cidade do Rio de Janeiro, que atraíam os jovens (geralmente advindos de famílias com boas condições financeiras) para a realização de seus estudos.

Foi durante os primeiros anos do regime republicano que o governo municipal apresentou iniciativas mais expressivas para o contexto educacional da cidade. A criação da “Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”, no ano de 1896, contribuiu para o desenvolvimento local e, de acordo com Villar (2010, p. 23), foi fator decisivo no direcionamento do processo de formação e ocupação do bairro de Palmeiras, que havia sido loteado recentemente. As ações que possibilitaram a instalação da Escola Normal faziam parte de um projeto inovador que tinha como objetivo principal o progresso social e urbano do município.

Ponte Nova crescia em extensão e economicamente, demandando inúmeras obras públicas como a melhoria dos serviços de abastecimento e distribuição de água, aterramento, calçamento das ruas e construção de passeios públicos, além de instalação de rede de energia elétrica. Porém, quanto à educação, de acordo com Ribeiro Filho (1999, p. 25) os passos foram mais lentos, com iniciativas isoladas.

Somente em 1910 iniciam-se as obras para a construção de uma escola para o ensino de primeiras letras, no largo da Igreja Matriz. A inauguração do “Grupo Escolar Antônio Martins”, primeiro do município, ocorreu em janeiro de 1913, marcando o início de uma fase mais promissora no que se referia à

educação. Em 1915 é criado o “Instituto Propedêutico”¹⁵, primeiro colégio destinado à educação da juventude masculina de Ponte Nova e em 1928 ocorre a inauguração de uma segunda escola dedicada ao ensino primário, sob o título de “Grupo Escolar Dr. José Mariano”. Segundo informações do jornal “A Notícia” “além da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, que já acolhia para o exame de admissão moças de toda região, quase 600 crianças e jovens se acham matriculados em instituições de ensino” (1921, p. 2), em meados dos anos de 1920.

Ao final da Primeira República, Ponte Nova havia adquirido status de cidade moderna e urbanizada. Villar (2010, p. 34), ao abordar esse período, relata que “a paisagem se encontrava inteiramente remodelada, muito diferente daquilo que se conheceu no final do século XIX”. A criação de uma rede de ensino mais consolidada com escolas de primeiras letras e ensino normal, também representava o progresso vivenciado pelo município nesse período e sua conformidade com as propostas de desenvolvimento do país. Nesse sentido, a Escola Normal se destaca, pois, sua implantação substituiu as antigas referências rurais por “aspectos da boa educação e dos bons costumes, da aspiração da arte, da ciência e da religião, valores urbanos burgueses, considerados propícios ao desenvolvimento da sociedade” (VILLAR, 2010, p. 34).

2.2 – A instalação da Escola Normal

A Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora¹⁶ foi criada no ano de 1896, na cidade de Ponte Nova, Minas Gerais, para atender ao público feminino local e regional. Funcionando em regime de internato e externato, sob a

¹⁵No ano de 1938, a estrutura física do Instituto é reinaugurada e passada à responsabilidade dos Salesianos de Dom Bosco. A cidade de Ponte Nova passa a contar então, com dois estabelecimentos salesianos de ensino: A Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (dedicado exclusivamente à educação feminina) e o Colégio Salesiano Dom Helvécio (com ensino fundamental, médio e comercial para o público masculino).

¹⁶Conforme a edição comemorativa do Jornal O Município (1997, p. 17) “o primeiro título oficial do colégio foi “Instituto de Educação”, depois “Escola Normal Maria Auxiliadora”, “Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora” e, finalmente, “Escola Nossa Senhora Auxiliadora - ENSA” (O MUNICÍPIO, 1997, p. 17). As datas em que ocorreram tais mudanças não ficaram claras durante a consulta documental.

responsabilidade das Irmãs Salesianas, a instituição contribuiu por mais de um século com a educação da juventude mineira por meio da formação de normalistas.

Os estudos de Rampi (2007, p. 35) revelam que, embora as Salesianas tenham chegado ao país em 1892, suas ações religiosas e educativas já eram conhecidas pelos brasileiros desde a segunda metade do período Imperial devido às obras de Dom Bosco¹⁷ e seu trabalho com os jovens, iniciado na Itália e apontado como referência no meio católico.

As primeiras iniciativas para a construção da Escola Normal de Ponte Nova aconteceram em meados de 1894, quando o então prefeito, Dr. José Mariano Duarte Lanna, em viagem à cidade de Guaratinguetá – São Paulo, conheceu o Instituto Nossa Senhora do Carmo¹⁸. Entusiasmado pelo projeto desenvolvido no Estado vizinho, o político deu início a uma série de ações que visavam a construção de uma instituição semelhante no município mineiro.

O vigário da cidade, João Paulo Maria de Brito, também foi uma figura importante nas negociações entre as forças políticas da cidade e a Congregação Salesiana. Ligado às iniciativas da municipalidade e mantendo boa relação com o alto escalão da Igreja Católica, o pároco intermediou ações que possibilitaram a construção da Escola. Ribeiro Filho (1993, p. 23) afirma que o interesse pela construção de uma escola nos mesmos moldes em que já funcionava o Colégio Providência, da cidade de Mariana¹⁹, era um desejo antigo do vigário e assunto

¹⁷ Dom Bosco nasceu em Turim, Itália, em 1815, e ali faleceu, no ano de 1888. Ordenado sacerdote em 1841, foi canonizado pela Igreja Católica em 1934. Religioso e educador, fundou, em 1855, a Pia Sociedade de São Francisco de Sales (conhecida como Salesianos) e, 1859, a Congregação Salesiana. Ao lado de Maria Domingas Mazzarello criou, em 1872, o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora (conhecidas como Irmãs Salesianas), dedicado à educação da juventude feminina. Em 1875 enviou o primeiro grupo de missionários para a América do Sul. A chegada desses religiosos no Brasil ocorreu em 1883, na cidade de Niterói (Rio de Janeiro), onde criaram o Colégio Santa Rosa. A segunda obra dos salesianos em terras brasileiras aconteceu em 1885, com a fundação do Liceu Coração de Jesus, em São Paulo (São Paulo). Pouco depois, em 1892, as primeiras Filhas de Maria Auxiliadora enviadas ao país chegaram à cidade de Guaratinguetá (São Paulo) e se dedicaram a criação do Colégio Nossa Senhora do Carmo. Foi dessa instituição que vieram as primeiras Irmãs Salesianas responsáveis pela criação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no município mineiro de Ponte Nova (DOM BOSCO. São Paulo, 2014).

¹⁸ O Instituto Nossa Senhora do Carmo, conhecido hoje como Colégio Carmo, foi a primeira casa fundada pelas Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil, no ano de 1892.m

¹⁹ De acordo com Azzi (1999, p.199), a direção deste colégio Providência de Mariana estava confiada às religiosas francesas, conhecidas como Vicentinas.

constante nos seus sermões dominicais e nas reuniões em que participava, regularmente, na Câmara Municipal.

Outrossim, as religiosas se interessaram pela proposta de criação do estabelecimento reconhecendo a região como propícia à expansão de suas obras. O movimento reformista católico no Estado mineiro e o fato da região ser conhecida pela fé e pela preservação dos valores morais²⁰ foram as principais razões que despertaram o interesse das Irmãs Salesianas pelo projeto, conforme apontam os estudos de Azzi (1999, p. 177). A iniciativa de fundar uma escola para meninas e futuras professoras no interior do Estado foi pioneira, e concedeu à Escola Normal o título de primeira escola normal entre as escolas salesianas que se instalaram no Brasil.

Toda essa negociação é descrita em documentos do Colégio N. S. do Carmo, de Guaratinguetá, já no início de 1895, fazendo referência à fundação da Escola Normal como um dos projetos salesianos daquele período, juntamente com a direção da Santa Casa de Ouro Preto.

Decorrido alguns meses, a Prefeitura de Ponte Nova efetuou a compra da Fazenda de Palmeiras, propriedade do Coronel José Soares Silva, que se localizava em um bairro de desenvolvimento incipiente. De acordo com o jornal “O Piranga” (1896, p. 8), no dia 25 de maio do ano corrente, por meio de escritura pública, lavrada no 2º livro de Ofícios e Notas, o prefeito de Ponte Nova transferiu ao Bispo de Trípoli, Dom Luiz Lasagna, Superior Geral dos Salesianos do Brasil, a propriedade de três alqueires de terra nos quais ficavam a sede e as demais benfeitorias da antiga Fazenda de Palmeiras.

²⁰ Segundo Mata (1996, p. 115), durante a Primeira República o catolicismo em Minas Gerais foi expressivo e seus movimentos contribuíram para a cristalização de um complexo de imagens na fala das elites políticas e clericais com discursos que envolviam a construção da identidade católica do mineiro.



Figura 2: Padre João Paulo Maria de Brito, s/d.
Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.



Figura 3: Bispo Dom Luís Lasagna, s/d.
Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

Em mensagem à Câmara, o prefeito José Mariano Duarte Lanna afirmou que “os alqueires de terras, águas e fontes nas vertentes do Córrego Passa Cinco e bem assim a casa de vivenda, pomar, paredão e ponte de pedra e um dos moinhos (...)” haviam sido destinados à Congregação Salesiana, com o intuito de que esta ordem religiosa se encarregasse da educação destinada às moças da região. No mesmo ano o governo estadual ofereceu uma doação no valor de quinze contos de réis para as necessidades que se colocavam mais urgentes (Ribeiro Filho, 1993, p. 13).



Figura 4: Antiga sede da Fazenda de Palmeiras, s/d.
Fonte: Arquivo da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

Após a efetivação da compra do local onde se instalaria a Escola e, contando com a colaboração do Estado, Dom Luiz Lasagna autorizou que um

grupo de religiosas partisse do Estado de São Paulo rumo a Ponte Nova com a finalidade de iniciar as atividades de instalação da referida instituição. Nessa mesma época, o Pe. Carlos Peretto, diretor das Irmãs Salesianas no Brasil, enviou uma circular aos amigos e benfeitores da obra de Dom Bosco requerendo doações para a realização da obra pretendida. De acordo com Azzi (1999, p. 200), esta carta salientava os aspectos de dependência da referida casa de instrução para com a Ordem Salesiana no país e afirmava ser de “extrema importância” a colaboração de todos em prol da formação das “jovens almas” mineiras.

Segundo as crônicas publicadas pela revista “Irmãs Salesianas” (1996, p. 24), no dia 05 de novembro de 1896, a comitiva formada por religiosas, acompanhadas do Bispo Dom Luiz Lasagna, partiu da cidade de Guaratinguetá – SP com destino ao município de Ponte Nova. Porém, durante a viagem, o trem que levava o grupo chocou-se com outra locomotiva em uma estrada próxima ao município mineiro de Juiz Fora, retirando a vida de grande parte dos passageiros²¹.

Apesar da fatalidade, os planos que a Congregação havia traçado para a instalação do colégio para moças não foram abandonados e, no ano seguinte, seis irmãs²² de caridade, em companhia do então inspetor salesiano Padre Carlos Peretto e do Padre Agostinho Zanella, todos vindos também da cidade de Guaratinguetá, alcançaram seu destino com sucesso. Entre as primeiras religiosas que se instalaram na cidade estava aquela que viria a ser a primeira diretora da Escola Normal, a Irmã Maria Cousirat.

O infeliz acontecimento marcou a história da instituição, sendo constantemente lembrado nos discursos e textos produzidos por estudantes e religiosos nos mais diversos momentos. Na revista publicada em comemorações

²¹ Neste desastre, perderam a vida: o Bispo Dom Luiz Lasagna, seu secretário Pe. Belarmino Vilamil e as irmãs: Tereza Rinaldi, Júlia Argenton, Petronila Imas, Hedwiges Gomes Braga e a senhora Joana Lusso, uma benfeitora paulista que acompanhava a comitiva.

²² As primeiras irmãs a chegarem na cidade de Ponte Nova, eram: Ir. Maria Cousirat, primeira diretora do colégio, Ir. Oliva Facchini, Ir. Rosina Pomati, Ir. Veridiana Godoy, Ir. Dolores Petazzi e Ir. Paulina Heytmann.

do 50º aniversário de fundação da Escola, aparece um texto intitulado de “Gratidão Cantante”, assinado por I.E.S.²³:

Mil oitocentos e noventa e cinco. Um silvo agudo e eis que a locomotiva possante segue mui veloz e cada vez mais distante rumo à terra de Minas, sempre altaneira, Ponte Nova risonha, altiva e sobranceira. Os Filhos de D. Bosco, o nobre ideal iam realizar, e a benção divinal da Virgem Auxiliadora as almas lhe inunda, pra tornar misteriosamente fecunda a sublime missão que Deus lhes confiara.

Nos seus desígnios, Deus tudo decretara. Sob um céu muito azul, belíssima safira dessa Minas que sempre e só a glória aspira duas máquinas, quais gigantes se atrechocam e a carreira pela imobilidade trocam. Emperlado de sangue dos nobres soldados de Cristo, gloriosamente sacrificados, o solo mineiro tornou-se a sementeira fecunda, de luz e graças, radiosa esteira da Virgem de D. Bosco, a mais fúlgida glória. (Ecos de Ponte Nova, p. 4)

A ex-aluna, Déia de Almeida, formada em 1932, relembra o fato em outro texto produzido para as comemorações do Centenário:

Era o ano de 1895. Vieram os salesianos dirigidos por D. Lasagna em busca desta fazenda velha. Mas... não permitiu Deus que o Bispo aqui chegasse. Um desastre na estrada de ferro roubou-lhe a vida e ainda de quatro irmãs, suas companheiras de viagem.

As vítimas da tragédia são constantemente lembradas como “nobres soldados” e reconhecidas pelo sacrifício em nome de um “nobre ideal”, o que pode ser percebido não somente nos textos acima, mas em diversas outras produções escritas por alunas, ex-alunas e religiosos.

²³ O texto foi assinado pela abreviatura I.E.S., tornando desconhecida sua autoria.

Além dos expostos, o Hino do Centenário escrito pela Ir. Alcira Junqueira e musicado pela Ir. Élsie Sette Câmara, para festejar os 100 anos de trabalhos dedicados à formação da juventude pontenovense, também carrega traços do fatídico acidente:

(...) Marcada pelo sangue tua história
É repetida com emoção.
Não passam os que um dia deram a vida
Pelo nosso enorme casarão.
Morreram mas regaram a semente
Que o sangue fez forte germinar
E de Nossa Senhora Auxiliadora
Este Colégio o centenário celebrar. (...)
(Irmãs Salesianas, 1996)

A chegada da nova comitiva de religiosas aconteceu no início do ano seguinte, em 1897, e mobilizou autoridades civis e eclesiásticas que a esperava na estação ferroviária, a fim de dar-lhe boas vindas e acomodá-los nas casas das tradicionais famílias pontenovenses (RIBEIRO FILHO, 1997). No dia 11 de abril, os padres e as Irmãs participaram de uma missa em ação de graças que aconteceu na sede da Fazenda onde passaria a funcionar a Escola Normal.



Figura 5: Registro da inauguração da Escola Normal, 1896²⁴.
Fonte: Arquivo da Escola Nossa Senhora Auxiliadora, s/d.

Segundo os apontamentos de Azzi (1999, p. 203), as Salesianas enfrentaram dificuldades durante o período de instalação da Escola, haja vista, a falta de materiais básicos para seu funcionamento, como, carteiras, cadernos, livros e demais objetos de uso escolar. Além disso, para que o regime de internato pudesse ser disponibilizado às normalistas era necessário um mobiliário específico, para o qual não havia recurso naquele momento.

²⁴ Na primeira fila, assentados da esquerda para a direita, o senador Camilo Maria de Britto, o capitão Manoel Martins Ferreira da Silva, o vigário João Paulo Maria de Brito, o bispo de Trípoli (Itália), o senador Antônio Martins Ferreira da Silva e o padre Pedro Rota (Salesiano). Na segunda fila aparecem o Dr. Alfredo Dumas de Andrade Amora, o vereador Francisco Ferreira Martins, o deputado Landulfo, Machado de Magalhães, o padre capelão da Escola Normal, o juiz de direito Ângelo Vieira Martins, o tabelião Francisco Mariano Gonçalves Lanna e o advogado Miguel Antônio de Lanna e Silva. Por último, na terceira fila; também da esquerda para a direita, o coronel José Soares da Silva, o Dr. Francisco Vieira Martins, o Dr. José Mariano Duarte Lanna e o Dr. Manoel Vieira de Souza.

A fim de que a reforma do prédio fosse realizada, principalmente no espaço destinado ao internato, e que os materiais escolares pudessem ser providenciados para o início das aulas, a Instituição contou a ajuda financeira do Estado e de colaboradores locais (A NOTÍCIA, 1899, p. 3). O Estado enviou à Instituição um valor referente a dois contos de réis destinado à compra de mobiliários específicos e aos ajustes do imóvel. Além disso, foi arrecado junto aos membros da sociedade local um valor considerável (não especificado) para as despesas mais urgentes (A NOTÍCIA, 1899, p. 3).

Embora a inauguração oficial tenha ocorrido no dia 1º de maio de 1897 somente em 1899 o colégio passou a funcionar regularmente, com uma única turma de primeiro ano, que atendia dezessete estudantes. No segundo semestre do mesmo ano, a Instituição recebeu a prerrogativa de Escola Normal, sob o título de Escola Normal Maria Auxiliadora, um importante passo em termos de oficialização de seu projeto educativo. Em agosto, após visita realizada pelo Inspetor Municipal, o governo de Minas publicou o Decreto nº 1.318 concedendo ao *Instituto Maria Auxiliadora*, os privilégios que eram oferecidos às escolas normais municipais²⁵. Em linhas gerais, essas prerrogativas diziam respeito às diretrizes para o ensino normal em termos de organização e fiscalização de suas atividades.

²⁵ Essa concessão constava na lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, que, em seu artigo 248, previa que qualquer estabelecimento de ensino organizado sob o plano de escolas normais do Estado poderia requerer e obter do Governo as prerrogativas de que gozavam as escolas normais fruto dos interesses da municipalidade.

Matricula
ESCOLA NORMAL N. S. AUXILIADORA

Ponte Nova-Estado de Minas Geraes

DECRETO N.º 1318

O Doutor Presidente do Estado de Minas Geraes, tendo em vista as informações prestadas pelo Inspector Municipal da Ponte Nova em officio de 6 do corrente, sobre o Instituto de educação denominado "MARIA AUXILIADORA", mantido na mesma cidade, resolve, para a execução do que dispõe o artigo 35 da lei n.º 224 de 4 de Setembro de 1897, conceder ao mesmo Instituto as prerrogativas de que, nos termos do art.º 248 da lei n.º 41, de 3 de Agosto de 1892, gozam as Escolas Normaes Municipaes do Estado.

Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes,
na cidade de Minas 17 de Agosto de 1899.

Dr. Francisco de Almeida Brandão
Wenceslau Braz Pereira Gomes

Figura 6: Prerrogativa de Escola Normal expedida pelo governo do Estado de Minas Gerais, datado de 1899.

Fonte: Arquivo particular da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

A respeito desse momento, considerado um marco para a Instituição, Azzi (1999, p. 208-209) afirma que no dia 3 de setembro, do mesmo ano, as irmãs promoveram uma sessão dramático-musical no pátio central dedicada aos colaboradores do projeto que vinha se concretizando. O autor apresenta ainda trechos de Crônica do Boletim Salesiano, publicado em 1900, que assim descreve o festejo:

O Revmo. Pe. Carlos Peretto, inspetor das missões salesianas no Brasil, veio alegrar com sua presença a bela festa. De manhã, na Igreja, não faltaram numerosas comunhões, preces, cantos e músicas. À tarde a sessão acadêmica foi belíssima. No fim, o Revmo. Pe. Carlos Peretto, fez um esplêndido discurso, inspirando-se nas três palavras sublimes impressas no frontispício do programa, *Deus-Pátria-Família*. Sua palavra, penetrante e doce ao mesmo tempo, comoveu profundamente o auditório. O ilustre senador Antônio Martins, a quem o digno representante do Pe. Rua nestas terras gloriosas e distantes tinha dirigido a palavra, respondeu com entusiasmo sincero e profundo afeto, falando também sobre a necessidade de educação do coração. (p. 209)

O trecho retirado do Boletim Salesiano revela o entusiasmo dos presentes e a importância que as Irmãs assumiam a partir daquele momento em que se comprometeram a educar a juventude feminina e a formar futuras professoras primárias para o Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO III

OS SUJEITOS DO PROCESSO E A FORMAÇÃO DAS JOVENS NORMALISTAS

No Capítulo III, nosso objetivo central é apresentar os sujeitos envolvidos no processo de formação de professores da Escola Normal, tanto as salesianas formadoras, quanto os inspetores de ensino e membros da Igreja católica que contribuíram com o curso normal. Ademais, levantamos aspectos do perfil das estudantes que se matricularam na Escola durante o período em foco, na tentativa de conhecer a realidade socioeconômica e cultural dessas jovens. Dedicamos ainda atenção especial à organização curricular da Escola Normal, suas alterações, especificidades e o lugar ocupado pela prática pedagógica que implicava, diretamente, no modelo de professora que era diplomada pela Instituição.

3.1 - As jovens normalistas

Apesar das dificuldades encontradas nos primeiros anos de funcionamento – algumas próprias de um projeto inovador tanto para as Irmãs Salesianas quanto para a região que as recebeu –, a análise dos registros documentais referentes às matrículas realizadas entre os anos de 1898 e 1930, revelaram que a procura pela formação oferecida na Escola Normal se manteve crescente, salvo pequenas exceções.

A consulta das Atas de Matrícula existentes no arquivo da Instituição, bem como o conhecimento dos dados apresentados pela Revista Comemorativa Ecos de Ponte Nova, datada de 1946, possibilitaram a organização dessas informações no gráfico a seguir:

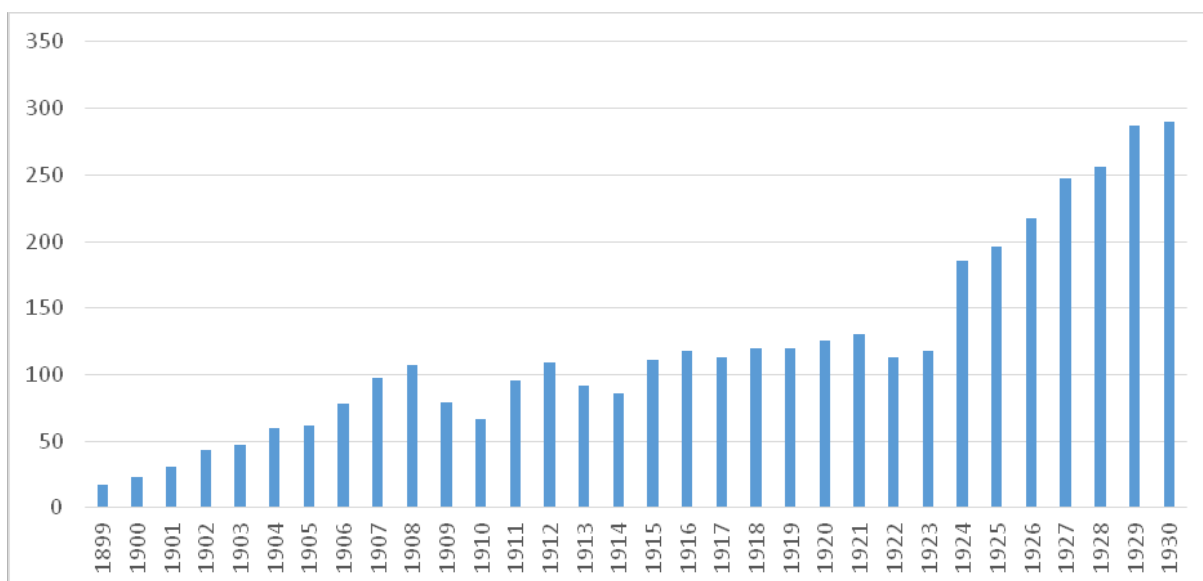


Gráfico I: Matrículas da Escola Normal entre os anos de 1898 e 1930.

Fonte: Atas de Matrícula (1898-1930); Ecos de Ponte Nova (1946)

É importante ressaltar que os dados apresentados no Gráfico I não levam em conta as estudantes que evadiam ao longo do ano nem o número de novas matrículas realizadas no decorrer do período. Refere-se, basicamente, ao número total de estudantes matriculadas entre os meses de janeiro e fevereiro,

ocasião em que, regularmente, a Instituição recebia os pedidos de matrícula das jovens da região (JORNAL DO POVO, 1904).

O Gráfico I nos permite observar que o número de estudantes matriculadas na Escola Normal após cinco anos de atividade, ou seja, em 1904, chegou a ser 4 vezes maior do que no primeiro ano, 1899. Dez anos após a inauguração da Instituição, em 1908, esse número era ainda mais relevante: sete vezes superior. A partir de 1924 temos saltos quantitativos de, aproximadamente, 20% ao ano. A respeito desse mesmo período, meados de 1925, os Relatórios Oficiais revelaram que a Escola Normal recebeu um grupo composto por cinco (05) novas religiosas vindas de São Paulo. Possivelmente esse fato permitiu a abertura de turmas e vagas na Instituição, justificando assim o número elevado de novas estudantes que a instituição recebia anualmente.

Uma observação mais detalhada nos permite notar que algumas oscilações quantitativas ocorreram em períodos específicos: 1909 e 1910; 1914 e 1915; 1922 e 1923. Poucas informações nos permitem fazer inferências precisas quanto a esses anos. Porém, sabemos que, em 1914, foi criada a Escola Normal Regional na cidade de Viçosa, município vizinho que se distancia de Ponte Nova cerca de cinquenta quilômetros. Três anos depois, em 1917, as irmãs Carmelitas assumem a direção da instituição que passa a se chamar Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, assemelhando-se à Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora em termos de oferta de ensino, condições de funcionamento e o aspecto confessional. Ainda assim, não podemos dizer que a instalação desta Instituição representou uma concorrência direta à Escola Normal de Ponte Nova, haja vista que o declínio no número de matrículas não foi contínuo no período que se seguiu.

Apesar das pequenas oscilações nos períodos acima destacados podemos considerar que a Instituição salesiana contava com um quadro estável e crescente de normalistas ao longo dos anos privilegiados por essa pesquisa. A partir da segunda metade da década de 1920 observamos, ainda, saltos de crescimento consideráveis no número de estudantes atendidas pela instituição. De acordo com os documentos consultados, a Instituição salesiana recebeu, aproximadamente, 3.514 jovens aspirantes a professoras primárias nos primeiros trinta anos de atuação na cidade de Ponte Nova.



Figura 7: Normalistas do terceiro ano do curso normal, 1917.
Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

A documentação existente no arquivo interno da Escola Normal conta ainda com Atas de Conclusão de Curso. A análise desse material nos possibilitou conhecer o número de normalistas que concluíam o ensino normal na Instituição ao final de cada ano, no período compreendido entre 1902 e 1930. O levantamento dessas informações permitiu a construção do Gráfico II:

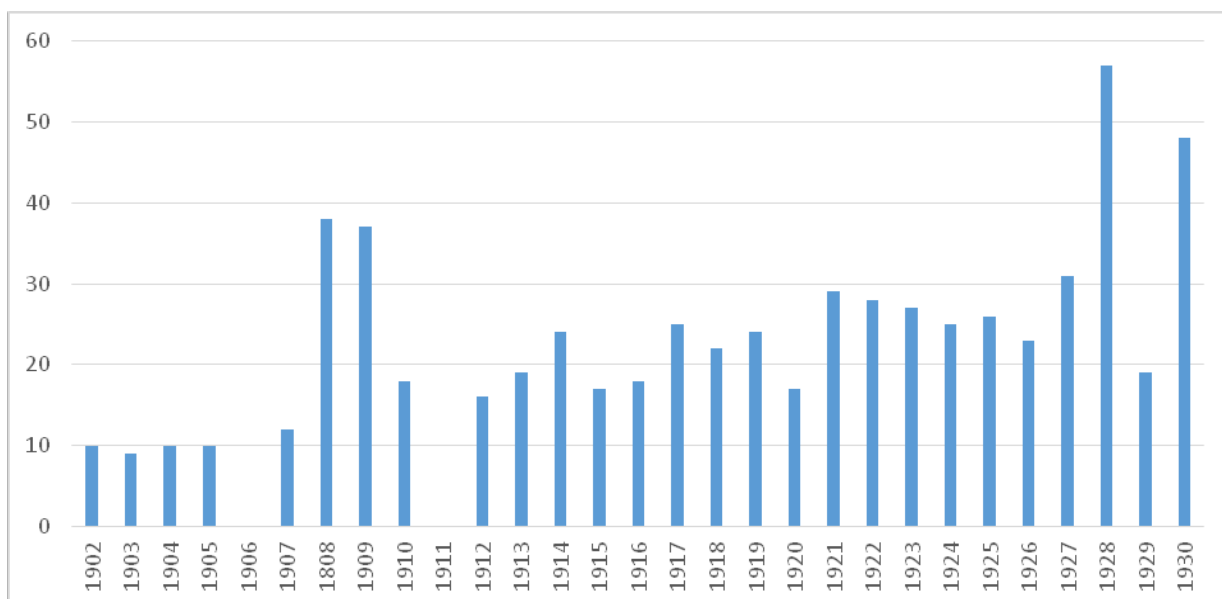


Gráfico II: Número de alunas diplomadas entre os anos de 1902 e 1930.

Fonte: Atas de conclusão de curso (1902-1930).

De acordo com as informações apresentadas pelo Gráfico II, a primeira formatura aconteceu no ano de 1902, momento em que foram diplomadas 10 normalistas, cerca de 60% do total de jovens que iniciaram o curso em 1899. Os anos de 1906 e 1911 se destacam pelo fato de não terem sido encontrados registros de conclusão do curso nesse período, embora os motivos que justificassem essa situação não tenham ficado claros durante nossa pesquisa. Já os anos de 1908 e 1909 chamam atenção pelo alto número de estudantes que se formaram – 38 e 39, respectivamente – ocorrência excepcional dentre os primeiros vinte e cinco (25) anos de conclusões no curso normal. Essa situação volta a se repetir, porém, em um número ainda mais significativo, nos anos de 1928 e 1930.



Figura 8: Cerimônia de entrega de diplomas às normalistas formadas do ano de 1922.
Fonte: Arquivo particular da Escola Nossa Senhora Auxiliadoras.

De maneira geral, podemos observar uma certa instabilidade quanto ao número de normalistas diplomadas no período em voga. Nossa análise permitiu verificar que os índices de evasão no curso normal, em alguns períodos específicos, foram significativos, embora não tenham ultrapassado um total de 15% ao ano. Ademais, acreditamos que a retenção das estudantes, especialmente nos dois primeiros anos de curso, também seja um fator influente dentro desse quadro. O Relatório Oficial de 1911 traz as impressões da então diretora Domingas Odone quanto à essa questão:

É notório que as meninas recém chegadas encontrem dificuldades na promoção do curso, considerado o estranhamento quanto às disciplinas próprias da docência. O que acontece, muitas vezes, é o desgaste intelectual ao qual ainda não se habituaram. [...] A conclusão do curso, ainda

que tardia, é alcançada com glória pelas nossas meninas que se tornam ano após ano motivo de orgulho ao se dedicarem com afinco à educação de uma sociedade tão carente de bons exemplos e ensinamentos. (p. 06)

Vale ressaltar que os relatórios oficiais eram comumente repassados aos inspetores de ensino e os registros que ali apareciam tinham como objetivo principal dar-lhes ciência das situações vivenciadas no espaço escolar. Dito isso, o texto no qual consta a fala da diretora foi construído, ao que parece, em tom de justificativa, o que revela que a situação da retenção escolar poderia ser encarada de maneira negativa diante de uma possível avaliação do curso.

Em todo caso, consideradas as informações quanto a evasão e retenção no curso normal, as análises documentais realizadas durante a construção desse estudo apontam que, entre os anos de 1898 e 1930, a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora diplomou um total de 639 novas professoras primárias.

Por se tratar de uma instituição privada, desde sua origem, as jovens que buscavam a formação na Instituição faziam parte, mormente, de uma parcela específica da sociedade, que tinha condição de arcar com os custos do curso²⁶. Por meio da análise documental referente aos anos privilegiados por esse trabalho, procuramos traçar um perfil das alunas que buscavam formação na Escola Normal. Nas Atas de Matrícula encontramos dados como nome, idade, ocupação dos pais e local de origem das alunas, o que nos permitiu conhecer características singulares quanto ao público atendido pela Escola. Torna-se relevante dizer que nosso objetivo não foi generalizar informações obtidas, mas sim apresentar indícios que nos levassem a conhecer as especificidades do público que frequentava essa instituição de ensino.

²⁶ As Atas de Matrícula, consultadas durante esse estudo, apontaram a presença, ainda que pequena, de alunas "bolsistas" que tinham seus estudos custeados por benfeitores da obra de Dom Bosco ou por algum tipo de auxílio concedido pelo Estado. Consta, nos registros de matrícula que compreendem o período entre os anos de 1898 e 1930, que cerca de 18% das estudantes que buscavam formação na Escola Normal eram privilegiadas com algum tipo de benefício financeiro.

As informações quanto à idade em que as estudantes eram matriculadas na Escola Normal foram organizadas em recorte temporal de cinco anos, e permitiram a construção do Gráfico III:

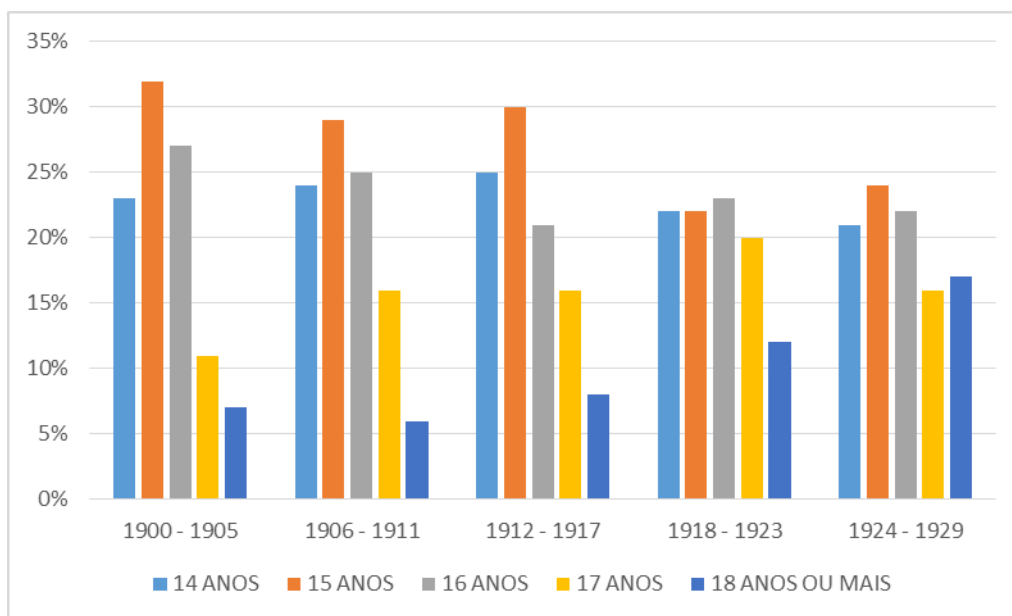


Gráfico III: Percentual por idade das alunas matriculadas na Instituição entre os anos de 1900 e 1929.

Fonte: Atas de matrícula (1900-1929).

De acordo com os dados demonstrados no Gráfico III, é possível observar que, embora a idade mínima para iniciar o curso normal fosse de 14 anos, a maior parte das jovens matriculadas na Escola Normal apresentava-se em idade mais avançada. Durante os primeiros dezessete anos de funcionamento da Instituição mais de 50% das alunas matriculadas no início do ano letivo pertencia à faixa etária de 15 e 16 anos.

Outra observação pertinente diz respeito ao grupo de matrículas realizadas por estudantes acima dos 17 anos uma vez que a procura por formação oferecida pela Escola Normal por meninas em idade mais avançada se revelou crescente ao longo do período considerado. Entre os anos de 1900 e 1905 apenas 7% das matrículas diziam respeito às estudantes com 17 anos ou mais (19 das 266 meninas). Já no período compreendido entre os anos de 1924

e 1929 as alunas nessa faixa etária representavam cerca de 10% dos registros (170 das 1220 matrículas).

A partir de 1912 fica mais evidente a queda no número de estudantes que iniciavam seus estudos aos 14 anos, bem como a elevação quantitativa daquelas que possuíam 18 anos ou mais. Esse quadro aponta para um envelhecimento no quadro discente da Instituição. Vale ressaltar que, durante as análises documentais foram encontrados registros de matrícula que apontam para a existência de estudantes que iniciaram sua formação após os 20 anos, sendo que, o registro mais velho foi da aluna Aparecida Constantino Perez, matriculada aos 25 anos, em 1921.

A organização dos dados existentes nas Atas de Matrícula consultadas nos permitiu conhecer, ainda, a ocupação profissional dos pais das normalistas, sinalizando uma possível realidade socioeconômica do público atendido pela Escola Normal. Por se tratar de uma instituição privada inaugurada nos primeiros anos do regime republicano, momento em que nem mesmo o ensino primário era uma realidade para a maioria das mulheres, podemos inferir de antemão que as alunas atendidas pela Escola eram provenientes de famílias mais abastadas, que já haviam recebido a instrução primária e que tinham condições financeiras de custear a continuação de seus estudos.

As informações presentes nas Atas de Matrícula referentes à ocupação dos pais das estudantes que iniciaram o curso normal no período entre os anos de 1899 e 1930, puderam ser organizadas no Gráfico IV:

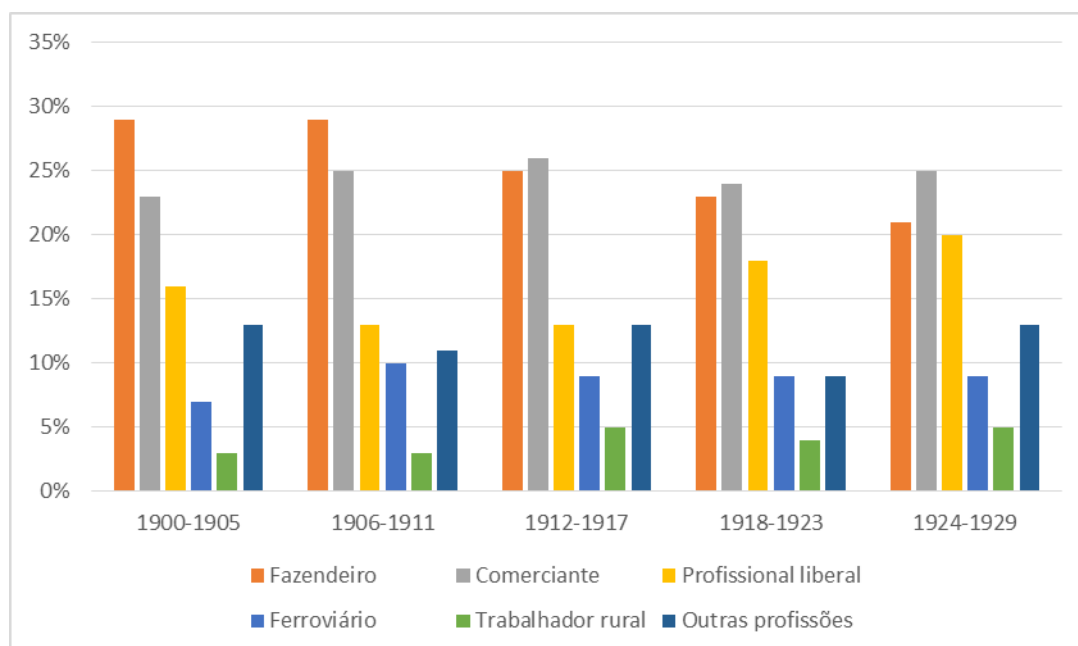


Gráfico IV: Ocupação dos pais das normalistas matriculadas na Instituição entre os anos de 1900 e 1929.

Fonte: Atas de matrícula (1900-1929).

É válido dizer que as profissões que constam no Gráfico IV são aquelas que aparecem com maior incidência nos registros consultados e que, em alguns casos, o campo que se refere à ocupação dos pais apresentava-se em branco ou preenchido com termos genéricos que não possibilitaram nossa compreensão. Essa situação torna-se mais esporádica a medida que as informações fornecidas no ato da matrícula se tornam mais precisas com o passar dos anos.

A consulta aos dados fornecidos por esses registros nos possibilitou conhecer, ainda, o percentual de “pais falecidos”: cerca de 19% nos primeiros dez anos analisados e 17% no período que se segue. Não se sabe ao certo se, nesse caso, as estudantes tinham o curso custeado pela própria família, pelo governo, pela própria Instituição ou por terceiros.

Observando o Gráfico IV podemos perceber predomínio quanto às profissões “fazendeiro”, “comerciante” e “profissional liberal”, ao longo de todo o

período analisado. A ocupação “ferroviário” também aparece em quantidade significativa dos registros devido à presença da Estrada de Ferro Leopoldina que atravessada a cidade de Ponte Nova, atraindo trabalhadores desse ramo. Outra profissão comum na época, presente nos documentos analisados, é “trabalhador rural”. Quanto a essa atividade Ribeiro Filho (1999, p.31) diz que “o cultivo da terra, a criação de rebanhos, o plantio de cereais e a cultura da cana-de-açúcar eram a vocação da região”.

Ainda quanto às informações do Gráfico IV, consideramos pertinente destacar o grupo chamado de “outras profissões” que aparece de forma cada vez mais expressiva, ao longo de período privilegiado por esse estudo, revelando a diversificação que ocorreu no mundo do trabalho na sociedade pontenovense. Trata-se de ocupações como: alfaiate, hoteleiro, operador de linha telefônica, relojoeiro, garimpeiro, etc. O agrupamento dessas profissões representou um percentual médio de 13% durante os anos analisados, superando os índices de ferroviários e trabalhadores rurais no mesmo período.

Embora nem todas as normalistas fossem de origem abastada pudemos constatar que a maior parte pertencia a uma parcela privilegiada da sociedade, sendo filhas de fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais da cidade e região. Quanto às mães, os registros não são precisos. Apenas uma pequena parte da documentação traz essa informação e em todos os casos em que foi possível conhecer a ocupação da mãe essa aparece como “do lar”. Esse registro passou a ser mais comum nas Atas de Matrícula de 1918 em diante.

Ainda que restrito, o acesso de jovens pertencentes a estratos sociais inferiores era uma realidade na Instituição desde sua criação devido, principalmente, ao caráter religioso e benevolente da proposta salesiana. Com a Lei n 501, de 21 de setembro de 1909, a entrada dessas jovens passou a ser resguardada por lei, uma vez que a equiparação às Escolas Normais Oficiais do Estado assegurava o “o acesso de até o máximo de dez e o mínimo de quatro alunas internas ou externas gratuitas, conforme preferam os estabelecimentos” (ARRUDA, 2011).

Outra informação relevante que consta na documentação analisada diz respeito ao local de origem das normalistas. Quanto a isso, devemos considerar que esse elemento nos possibilita conhecer indícios da abrangência do serviço prestado pela Instituição no nível territorial. As Atas de Matrícula mais antigas, dos primeiros doze anos de funcionamento (1898-1910), trazem informações mais específicas quanto a esse aspecto, uma vez que apontam as cidades das quais as alunas eram provenientes. Após esse período (1911-1930), ao invés dos municípios o que consta nos registros se limita ao Estado de origem das estudantes.

Entre as principais cidades que aparecem registradas nas Atas de Matrícula, temos: Ponte Nova, Piranga, Ubá de Minas, Teixeiras, Rio Casca, Caratinga, Jequery, São Pedro dos Ferros, Vermelho Novo, Rio Doce, Rio Branco, Bom Jesus do Galho, Piedade, Muriaé, São João do Matipó, Guiricema, Guaraciaba, Barra Longa.

Esses municípios, todos mineiros, aparecem com maior frequência nos documentos consultados, representando cerca de 78% das localidades de origem das alunas que se matricularam na Escola Normal de Ponte Nova entre os anos de 1898 e 1910. Cidades paulistas, cariocas e, em uma pequena proporção (1%), cidades estrangeiras, mais especificamente italianas e uruguaias, compõem cerca de 16% do total.

Limitando-nos à análise dos Estados de origem das estudantes perceberemos uma maior diversificação regional como podemos observar no Gráfico V:

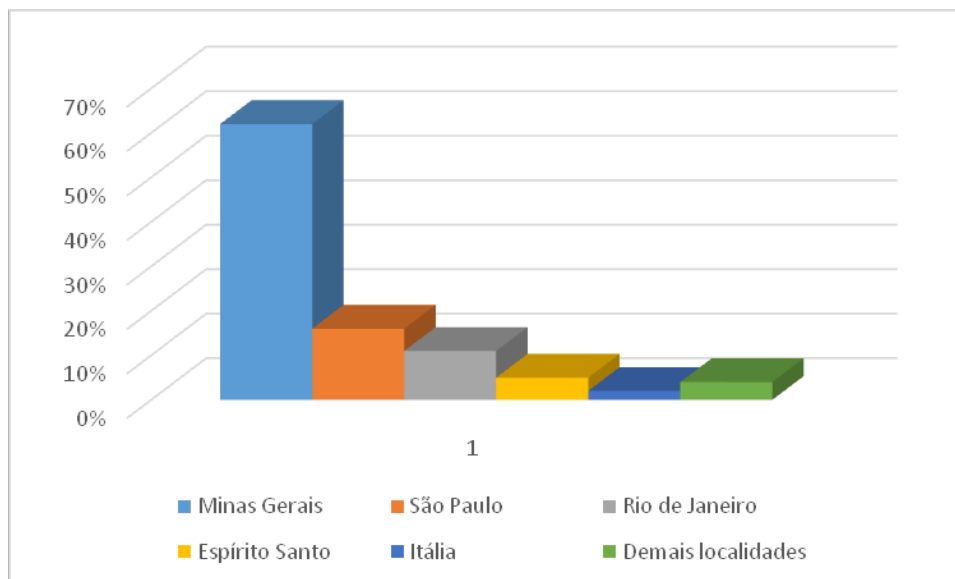


Gráfico V: Estado de origem das estudantes matriculadas entre os anos de 1898 e 1930.
 Fonte: Atas de Matrícula (1898-1930).

De acordo com as informações que o Gráfico V apresenta, podemos observar que o Estado de Minas Gerais se destaca entre os demais como sendo o principal Estado de origem das alunas matriculadas no período em foco. A representatividade desse Estado é de cerca de 61%. Na sequência temos: São Paulo (18%), Rio de Janeiro (13%) e Espírito Santo (5%). A abrangência da Instituição salesiana, de acordo com os dados do gráfico acima, abarcava, no período indicado, toda a região sudeste do país.

As demais localidades²⁷ correspondem a 4% dos registros de matrículas e referem-se, principalmente, aos Estados de Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Além disso, foi possível observar a matrícula de três (03) estudantes argentinas entre os anos de 1910 e 1912, porém os Registros de

²⁷ A essa categoria foram somadas ainda as Atas que não traziam informações quanto ao local de origem das estudantes (em branco ou ilegível).

Diploma não trazem o nome dessas jovens que, ao que parece, não chegaram a concluir o curso normal.

Ainda de acordo com os dados do Gráfico III, vale destacar a presença expressiva de alunas italianas (cerca de 2%), o que significa que, aproximadamente, 70 jovens foram matriculadas na Instituição no período compreendido entre os anos de 1898 e 1930. Os documentos consultados revelam ainda que as matrículas das alunas italianas eram realizadas em períodos específicos (de 1901 a 1903; de 1907 a 1909; de 1917 a 1920; de 1922 a 1926), o que fomenta a hipótese de que as jovens chegavam à cidade de Ponte Nova em pequenos grupos e tinham como objetivo a educação salesiana como base da formação docente, diferencial deste estabelecimento.

É válido ressaltar que, de acordo com as Atas de Matrícula consultadas, o local de origem registrado pelas normalistas passou a ser mais variado ao longo dos anos. Tomando como exemplo o Estado de Minas Gerais, temos uma representatividade de 78% até o ano de 1910 e de 61% até o ano de 1930. Após o primeiro decênio de atividades, a Instituição passou a receber jovens das mais variadas regiões, ou seja, o atendimento que antes limitava-se à região de Ponte Nova e aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foi ampliado com a chegada de meninas de toda a região sudeste e até de outros países, como é o caso da Itália.

A maior abrangência da Escola Normal, principalmente a partir de 1910, pode ser considerada resultado do reconhecimento de um trabalho educativo e formativo que ultrapassou o território mineiro. Além disso, o fato de a Instituição oferecer internato pode ter contribuído para o aumento da procura de jovens provenientes de outras regiões do país que tinham condições financeiras de arcar com os custos dessa formação. Acreditamos, ainda, que o fato de a Escola ter em sua base princípios do catolicismo, que iam ao encontro do interesse da elite da época, contribuía para que a procura se mantivesse constante.

3.2 – As salesianas formadoras

Quanto ao corpo docente da Instituição sabemos que era composto, majoritariamente, por religiosas vindas da cidade de Guaratinguetá (São Paulo) ou diretamente da Itália, como atestam as Atas de Curso Normal. O primeiro grupo de Irmãs salesianas a chegar em Ponte Nova se dedicou tanto à organização do espaço escolar e das principais atividades relativas à gestão do estabelecimento quanto das disciplinas que compunham o currículo do primeiro ano. De acordo com as assinaturas presentes nas Atas de Exames, a Instituição contou com apenas três docentes do sexo masculino (dois religiosos e um leigo), já no final da década de 1920.

A medida que o número de alunas matriculadas ia aumentando, o Inspetor Carlos Peretto autorizava o envio de outros colaboradores ao município mineiro para contribuir com as atividades da Instituição. Logo após a oficialização do curso normal, em 1899, chegam a Ponte Nova algumas religiosas que se encontravam em Guaratinguetá e também um sacerdote “para colaborar com as atividades educacionais das irmãs” (AZZI, 1999, p. 206).

Entre o primeiro grupo a chegar à cidade de Ponte Nova estavam aquelas que viriam a ser as primeiras diretoras da Escola Normal. Maria Cousirat foi nomeada diretora em 1897, antes mesmo da Instituição iniciar suas atividades, e permaneceu na função até o final do primeiro ano de funcionamento (1899). De acordo com a matéria intitulada “Nobres educadoras”, publicada no jornal O Piranga, de 1905, a administração dessa religiosa, bem como seu interesse pelo novo projeto, foi fundamental para o sucesso das negociações que permitiram a criação da Escola Normal. É válido registrar, ainda, em 1904 Maria Cousirat foi designada primeira diretora do Hospital Nossa Senhora das Dores²⁸, também localizado na cidade de Ponte Nova, quando este passou, já com 30 anos de existência, aos cuidados dos Salesianos.

²⁸ O Hospital Nossa Senhora das Dores foi criado no ano de 1873 por iniciativa do Padre João Paulo de Brito que, com ajuda de inúmeros doadores, elaborou o projeto de criação de uma Irmandade apoiada pela Arquidiocese de Mariana (ECOS DE PONTE NOVA, 1946, p. 8).

No período focado por esse estudo, a Instituição contou com mais seis diretoras, além de Maria Cousirat (1897-1899), sendo elas: Maria Cleofe Giacomina (1900-1906), Domingas Odone (1907-1913), Helena Ospital (1914-1920), Oliva Facchini (1921-1922), Ernestina Terzi (1922- 1927), Rina Fasola (1928-1933). Nota-se que o tempo médio de permanência de cada diretora foi cerca de cinco anos e que no período abordado por este trabalho (1989-1930) nenhuma das profissionais acima assumiu novamente a função. Durante o tempo de trabalho, as diretoras também lecionavam na Escola Normal disciplinas como Metodologia, Pedagogia e Prática profissional. Além disso, acompanhavam os exames finais aos quais as alunas eram submetidas ao final de cada ano letivo, sendo responsáveis ainda por transmitir aos pais e responsáveis as notas alcançadas pelas meninas.

As atividades dessas e de todas as religiosas que compunham a equipe de trabalho da Escola Normal eram acompanhadas por um sacerdote salesiano designado pelo inspetor Peretto (AZZI, 1999, p. 204). De acordo com as Atas do Curso Normal, sacerdote Zanella, nomeado capelão do colégio, além de acompanhar as atividades da Instituição, realizava visitas diárias às meninas e ministrava, sempre que possível, as aulas dominicais. O registro dos acontecimentos envolvendo as irmãs e as normalistas era enviado periodicamente ao Inspetor Peretto, que, por sua vez, se responsabilizava pelos repasses ao Diretor Geral das Filhas de Maria Auxiliadora, na Itália (Azzi, 1999).



Figura 9: Inauguração do busto de Dom Bosco, 1915.
Fonte: Arquivo particular da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

O repasse de informações pertinentes às atividades desenvolvidas pelas irmãs salesianas também era uma exigência feita pelo Estado, uma vez que se tratava de uma instituição equiparada. Visitas de inspeção aconteciam com regularidade na Escola Normal ao longo do ano e, principalmente, durante o período em que aconteciam os exames finais que conferiam às estudantes o diploma de professoras primárias. No ano de 1905, após visitar a Instituição e acompanhar as provas orais e escritas das alunas do 4º ano, o então Inspetor Extraordinário do Governo do Estado, Estevam de Oliveira, assim se expressou:

Preciso de deixar aqui uma confissão sincera. A orientação filosófica do meu espírito me havia convertido em adversário intransigente do ensino ministrado por Congregações: sou hoje um convertido. Foi a experiência, foi a observação acurada de alguns institutos de ensino desta espécie que operaram em mim o milagre da conversão. Dependesse do meu esforço, propugnaria a propagação de tais estabelecimentos por toda superfície do território pátrio.

Nesse conceito está incluída a opinião que formo do Colégio “Nossa Senhora Auxiliadora”, sabiamente dirigido pelas Irmãs Salesianas, onde me foi dado apreciar, ao lado de brilhantes resultados obtidos, a aplicação dos mais modernos e racionais preceitos de educação pedagógica. Digo-o francamente, no exercício do cargo que me há sido dado desempenhar a não poucos anos. (Livro do Anuário, 1905, p. 50-51)

A fala do representante direto do Estado revela nuances da tensão que pairava sobre a participação das ordens religiosas na educação do país e, nesse caso, na formação de professores. Foi preciso um período de afirmação de suas atividades para que seu ensino fosse reconhecido como oficial e em consonância com os métodos e preceitos esperados pelo Governo. As visitas oficiais para fins de fiscalização garantiam que as atividades desenvolvidas pela Escola Normal estivessem em conformidade com os interesses do Estado. Além disso, as fiscalizações realizadas pelas autoridades de ensino conferiam à Escola certo status, haja vista que a aprovação de suas atividades significava reconhecimento da qualidade do trabalho oferecido.

No ano seguinte, 1906, foi a vez do Exmo. Sr. Presidente do Estado, Dr. Francisco Salles, tecer comentários ao trabalho desenvolvido pelas Irmãs Salesianas:

Da visita que fiz ao Colégio e a Escola Normal Maria Auxiliadora da Ponte Nova, trouxe a melhor impressão, pela boa direção do Estabelecimento, pela ordem nele mantida, pela higiene observada e pelo adiantamento das alunas. É um bom estabelecimento normal. (Livro do Anuário, 1905, p. 51)

Outro indício de reconhecimento da qualidade do ensino ofertado é o fato de a Instituição ter recebido, em 1909, como prêmio, a Medalha de Prata conferida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, e que representava a classificação da Escola entre as primeiras do Estado (RELATÓRIO ANUAL, 1942).

A julgar pelos elogios dirigidos à Escola Normal – tanto pelo Inspetor do Governo, Estevam de Oliveira, quanto pelos Presidentes de Estado, Dr.

Francisco Salles e Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes – podemos inferir que a qualidade seu ensino oferecido era reconhecida, bem como suas instalações consideradas apropriadas ao curso e em consonância com as exigências feitas pelo Governo às escolas de formação de professores daquela época.

Quanto aos regulamentos e normas internas da Escola Normal podemos dizer que até o ano de 1942 esses documentos não existiam. Diversos registros escritos pelas próprias irmãs salesianas ou por inspetores que visitavam com regularidade a Instituição apontam para essa ausência, como é o caso do Relatório Anual de 1942, no qual podemos ler:

O estabelecimento não dispõe ainda de um regulamento interno aprovado pelo Departamento Nacional de Educação. A sua vida interna é pautada pelas regras gerais da comunidade salesiana e pelas normas comuns que norteiam as casas religiosas de ensino do país. A diretoria do estabelecimento está promovendo, entretanto, a elaboração do regulamento interno que, oportunamente, será submetido à aprovação do poder competente.

Embora não contasse com regulamento próprio, ao que parece, essa situação não impedia a boa avaliação da Escola pelos inspetores. As práticas pedagógicas e as atividades desenvolvidas na Instituição seguiam regras gerais e comuns aos demais estabelecimentos salesianos, com um conjunto de ações formativas pautado, principalmente, no Sistema Preventivo de Dom Bosco²⁹, visando à formação integral das meninas que eram confiadas aos cuidados das irmãs (RELATÓRIO DE ATIVIDADE, 1913).

²⁹ Elaborado na Itália, em meados do século passado, esse Sistema é norteado por três principais eixos: a razão (racionalidade) - é o primeiro elemento do segredo educativo de Dom Bosco. Se o educador usa da Razão no trato com os educandos provoca neles uma resposta amadurecida, racional, crítica; a religião (caridade transformadora) - norteia a Razão e a "Amorovezza". No Sistema Preventivo de Dom Bosco não se trata de religião no sentido de práticas religiosas ou práticas de piedade e sim de religião que leva o jovem ao exato cumprimento de seus deveres, como cidadão e como cristão; amabilidade - (amor que se tem e que se manifesta) – é o amor do educador para com o educando. Dom Bosco usa literalmente amorevolezza, que é o amor que se externa em palavras, ações e até mesmo na expressão dos olhos e do rosto. Fonseca (1999, p.62) apud Furtado (2004).

3.3 - Formar mulheres, formar professoras: o currículo escolar

Embora as primeiras escolas normais brasileiras tenham sido criadas ainda no período Imperial, essa iniciativa não encontrou condições favoráveis para sua consolidação na época, o que teve início apenas com a instauração do regime republicano. As primeiras tentativas de organização de cursos normais no país apresentaram inúmeras fragilidades e, entre elas, estava a questão dos conteúdos que eram ministrados aos futuros docentes.

Vigorava, naquele momento, a ideia de que o professor precisava dominar apenas os conteúdos que iria ensinar e, por isso o currículo das primeiras escolas normais se assemelhavam muito àquele ministrado nas escolas de primeiras letras e que se relacionavam, sobretudo, aos conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo. Somente ao longo dos primeiros anos da República começaram a surgir discussões relacionadas aos aspectos curriculares dessas instituições, o que contribuiu para que fosse ocorrendo, ainda que gradativamente, a inserção de disciplinas mais pedagógicas, destinadas à formação docente.

A Reforma do Ensino, empreendida em 1892, no Estado de Minas Gerais, ampliou a duração dos cursos normais, passando de dois para quatro anos, e apoiou uma formação mais calcada na aquisição de conteúdos científicos. O currículo passaria então a ser mais complexo e os cursos teriam um perfil mais propedêutico que, de acordo com a legislação, os imprimiria um “caráter prático e profissional”. Arruda (2011, p. 106) ressalta que a preocupação com a formação moral também estava prescrita na lei, “devendo o professor procurar desenvolver nos alunos as qualidades intelectuais e morais, requeridas para o bom desempenho do magistério primário”. Vale ressaltar que a moralidade

sempre foi uma exigência básica requerida tanto para o exercício da docência como também para se matricular³⁰ em um curso normal.

Os saberes exigidos aos futuros professores revelam muito sobre o tipo de formação que era oferecido por um estabelecimento de ensino e o modelo de professor que se queria formar. O currículo, seja formal ou oculto, não se constitui como um elemento atemporal, mas “assinala épocas de acordo com as formas específicas de organização da sociedade na qual está inserido” (TOFOLI, 1993, p. 91).

A partir da análise de documentos que abarcam informações acerca do currículo da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, foi possível observar o modelo de normalista que se quis formar naquela época, bem como as práticas que tornaram essa formação possível. Por se tratar de um estabelecimento equiparado³¹, as disciplinas lecionadas pelas Irmãs salesianas acompanhavam aquelas ministradas nas escolas normais oficiais da época³². O curso de quatro anos privilegiava a aquisição de conhecimentos científicos relacionados aos aspectos metodológicos e da prática pedagógica.

De acordo com a documentação consultada, em especial os Relatórios Oficiais produzidos por inspetores de ensino que visitavam a Instituição com regularidade, a grade curricular da Escola Normal entre os anos de 1898 e 1904 assim se apresentava:

³⁰ Os requisitos básicos para se matricular do curso da Escola Normal de Ponte Nova eram: idade mínima de 14 anos, comprovação de idoneidade moral e certificado de conclusão do ensino primário. A partir de 1910, a Escola passa a exigir, além desses requisitos, a comprovação de isenção de moléstias contagiosas.

³¹ A equiparação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora aconteceu em 1899.

³² Essa afirmação tem como base o que determina o Decreto 1.175, de 29 agosto, de 1898, ficando estabelecido o seguinte plano de estudo: 1) Primeiro ano: português, francês, aritmética, geografia, música e canto, desenho geométrico, caligrafia, lições de coisas, economia doméstica trabalhos de agulha; 2) Segundo ano: português, francês, aritmética, álgebra, geografia, física, princípios gerais de educação e metodologia, música e canto, desenho, caligrafia, trabalhos de agulha, ginástica; 3) Terceiro ano: português, francês (revisão), álgebra, geometria, geografia, história geral e noções de história do Brasil, química, instrução moral e cívica, música e canto, desenho; 4) Quarto ano: português, literatura brasileira, ciências naturais, geometria no espaço, história do Brasil, higiene escolar e legislação do ensino primário, música e canto, desenho de figura e de paisagem (LEGISLAÇÃO MINEIRA, 1898).

Ano do curso	Cadeiras que compunham a grade curricular
1º ano	Português; Francês; Aritmética; Geografia; Trabalhos manuais; Caligrafia; Música; Econ. Doméstica
2º ano	Português; Francês; Aritmética; Geografia; Caligrafia; Economia Doméstica; Metodologia; Música; Física; Desenho; Ginástica
3º ano	Português; Francês; Aritmética; História geral; Geografia; Química; Instrução moral e cívica; Trabalhos manuais; Música; Desenho
4º ano	Português; Ciências; Aritmética; Geometria; História do Brasil; Pedagogia; Legislação do ensino primário; Noções de higiene escolar; Música; Desenho

Quadro II– Currículo da Escola Normal entre os anos de 1898 e 1904.
 Fonte: Relatórios Oficiais (1899 - 1930).

Com auxílio do Quadro II podemos perceber que as disciplinas de Português, Aritmética e Música estão presentes nos quatro anos do curso normal, situação que prevalece até o final de 1904. Nesse período observamos que disciplinas relacionadas à formação docente começam a aparecer a partir do 2º ano do curso, sendo Metodologia no 2º ano e Pedagogia, Legislação do ensino primário e Noções de Higiene escolar no 4º ano.

Os conhecimentos humanísticos e científicos, assim como os pedagógicos e aqueles ligados aos saberes domésticos ditos femininos, imprimiam no curso normal um caráter prático e profissional. Aliado a isso estavam todas as práticas religiosas desenvolvidas pelas irmãs salesianas que tinham como missão fundamental a formação de “bons cristãos e honestos cidadãos” (REVISTA COMEMORATIVA, 1948).

Cabe contextualizar que, de acordo com o Relatório Oficial³³ datado de 1918, a equiparação da Instituição às escolas normais oficiais do estado permitia

³³ O documento citado se refere a um pedido de alterações curricular, por parte da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no ano de 1918, em decorrência da falta de professores.

que cada estabelecimento de ensino, de acordo com suas necessidades, realizasse alterações em seu currículo, desde que devidamente justificadas, autorizadas pelo inspetor geral de ensino e posterior consentimento do Secretário do Interior.

Em 1905 a Escola Normal cria uma Classe Anexa, com duas turmas de ensino primário, que funcionavam como uma espécie de laboratório para as normalistas. Dois anos mais tarde, em 1907, o currículo do curso normal passa a contar com a disciplina de “Práticas de Ensino”, ministrada pela docente que também era responsável pela cadeira de Pedagogia. Nessas aulas, as estudantes tinham a oportunidade de aprender e executar atividades práticas junto às turmas do ensino primário.

Durante o período analisado neste trabalho (1898-1930) o currículo da Escola Normal sofreu algumas alterações acompanhando aquelas previstas pelo Estado e que diziam respeito às escolas normais oficiais e equiparadas. Além disso, ao consultarmos a documentação interna da Escola Normal, percebemos que as alterações curriculares também dependiam do quadro docente disponível na Instituição para a execução do currículo. Não obstante, algumas necessidades poderiam ser supridas por meio do intercâmbio de religiosas entre as instituições salesianas do país.

Na tentativa de atender às demandas constantes do currículo escolar, conforme a documentação consultada referente a pasta de “Correspondências”, podemos perceber que o intercâmbio de religiosas entre os estabelecimentos brasileiros era uma prática comum. É desse modo que se justifica registros da passagem, por exemplo, de Ir. Helena Ospital por diversos estabelecimentos salesianos do país, entre eles Ponte Nova, em dois momentos específicos: quando integrou a primeira comitiva a chegar à cidade e iniciar as atividades da Escola Normal e, posteriormente, em 1914 quando retornou à Instituição como diretora, permanecendo nessa função até o ano de 1920.

Durante o tempo em que atuou como docente na Escola Normal de Ponte Nova, teve sob sua responsabilidade as Cadeiras de Pedagogia e Francês. Registros do Instituto Nossa Senhora do Carmo, localizado na cidade de Guaratinguetá, apontam para a presença dessa religiosa como membro da equipe responsável pela expansão da obra salesiana no Estado de São Paulo. Já entre 1911 e 1913 a Ir. Helena Ospital contribuiu com o Externato Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, ministrando a disciplina de Francês.

Ainda a título de exemplificação, outra religiosa que teve sua trajetória marcada por passagens pela cidade de Ponte Nova foi a Ir. Maria Cousirat. O início de seu trabalho em terras brasileiras foi na cidade de Guaratinguetá, em 1893; de lá foi enviada à Ponte Nova em 1896 e assumiu a direção da Escola Normal e a Cadeira de Português; de 1903 a 1907, esteve em Niterói onde ministrou disciplinas de Canto e Desenho; retornou à Ponte Nova em 1910 passando a ser diretora da Hospital Nossa Senhora das Dores.

De forma geral, no início, as irmãs salesianas que integravam a organização escolar da Escola Normal vinham da cidade de Guaratinguetá (SP) ou diretamente da Itália. A partir de 1910, chegavam à cidade religiosas de outras regiões como Niterói (RJ), onde foi criado o Externato Santa Tereza em 1909, e Ribeirão Preto (SP), onde foi fundado o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no ano de 1918.

No ano de 1908, a Escola Normal enviou ao Colégio Carmo, de Guaratinguetá, um pedido de que mandassem à cidade mineira uma irmã que pudesse assumir a cadeira de Música. A resposta, datada do mesmo ano, assim dizia:

Em resposta à súplica feita ao Rev. Pe. Carlos Perreto, será providenciada a viagem da Ir. Florinda Bittencourt afim de que possa se ocupar das aulas de Música e Canto das quais as jovens meninas tanto necessitam (Correspondências, 1908).

Em outro documento da mesma natureza podemos ver uma situação inversa, pois o Externato de Cachoeira do Campo enviou uma circular à Escola Normal de Ponte Nova e ao Oratório N. S. das Dores, de Niterói, apontando a

necessidade de docentes que se ocupassem das disciplinas de Geometria e Aritmética. Anexo ao pedido encontramos a carta de resposta da Escola Normal, na qual pudemos ler:

Como diretora dessa Casa, no momento nos encontramos em dificuldades para atender o pedido das irmãs. Nosso quadro está incompleto e temos recebido ajuda de outras Casas. Porém, sabendo da necessidade que assola o Externato e da fragilidade de suas atividades enviaremos dentro de alguns dias a Ir. Fogolli que poderá ajudar no que mais for necessário. Sendo possível estenderemos a temporada da Ir. Teresinha que já se encontra em atividades nessa Casa (Correspondências, 1914).

Em trechos de outros documentos, principalmente Relatórios Oficiais, encontramos indícios de alterações curriculares que foram justificados perante o inspetor de ensino da comarca. Entre as principais justificativas estava o fato das irmãs viajarem constantemente para outras cidades que contavam com estabelecimentos educacionais salesianos a fim de colaborarem com a obra de Deus e se aperfeiçoarem em determinada área (Relatório Oficial, 1906; 1913; 1918). Ao que parece o argumento era aceitável aos olhos do inspetor que não economizava elogios ao expressar suas opiniões sobre a Escola Normal.

Ainda quanto à organização curricular da Instituição podemos dizer que uma das mudanças mais significativas aconteceu a partir de 1916, quando todas as disciplinas pedagógicas, ligadas à formação docente, passaram a ser oferecidas apenas nos dois últimos anos de curso. Em 1917 o currículo formal da Instituição estava assim estabelecido:

Ano do curso	Cadeiras que compunham a grade curricular – 1917
1º ano	Português; Francês; Aritmética; Geografia; Trabalhos manuais; Caligrafia; Música; Economia Doméstica; Desenho.
2º ano	Português; Francês; Aritmética; Geografia; Caligrafia; Economia Doméstica; Música; Desenho; Ginástica
3º ano	Português; Francês; Aritmética; História geral; Química; Instrução moral e cívica; Trabalhos manuais; Música; Desenho; Metodologia
4º ano	Português; Ciências; Aritmética; Geometria; História do Brasil Pedagogia; Legislação do ensino primário; Noções de higiene escolar; Práticas de ensino

Quadro III: Currículo da Escola Normal no ano de 1917.
Fonte: Atas de exames (1917 - 1929).

Disciplinas como Português, Aritmética, Francês e Música ainda ocupavam a centralidade do curso e estavam presentes em quase todos os anos. Já os conteúdos ligados aos saberes domésticos ditos femininos aparecem nos anos iniciais e são suprimidos dos demais. Esse último grupo de disciplinas era considerado “a base da educação feminina” pelas irmãs salesianas, sendo o Francês e a Música “conhecimentos indispensáveis às meninas de boa criação que se preparam para o casamento” (ANUÁRIO, 1905, p. 5).



Figura10: Aula de Trabalhos Manuais (costura e bordado), 1912.
Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

As disciplinas específicas da formação docente ficaram agrupadas nos anos finais do curso, sendo ainda mais presentes no 4º ano, momento em que as jovens estavam, de fato, “preparadas para o conhecimento dos exercícios, desafios e encantos da vida em um estabelecimento de ensino primário” (Ata de abertura, 1917).

Outras mudanças pontuais quanto ao currículo formal da Instituição aconteceram em épocas específicas, como por exemplo: entre os anos de 1919 e 1923 a cadeira de “Pedagogia” passou a se chamar “Pedologia e Psicologia”; em 1924 essa cadeira foi renomeada para “Pedagogia e Noções de Pedologia” permanecendo dessa forma até 1930; entre os anos de 1920 e 1924 o currículo foi simplificado e a Cadeira de “Desenho” passou a compor apenas o segundo e terceiro ano de curso; no período compreendido entre os anos de 1923 e 1926 a Cadeira “Trabalhos manuais” recebeu o nome de “Prendas Domésticas”; de 1919 a 1923 a Cadeira de “Química” não foi oferecida.

Além disso é válido destacar que entre os anos de 1919 e 1928 a disciplina “Práticas de Ensino” passou a compor, também, a grade do 3º ano de curso, ou seja, a Cadeira passou a ser oferecida em dois anos consecutivos (o 3º e o 4º). Essa mudança pode ter ocorrido em resposta ao Decreto n. 874, de 21 de dezembro de 1917, o qual estabelecia, em seu 7º artigo, que

o ensino de cada matéria será sempre feito segundo método e gradação semelhante aos do ensino primário, tendo caráter intuitivo, prático e dedutivo, sendo auxiliado, quando possível, por meios práticos e experimentais. (grifo meu)

Essa situação assinala para uma maior preocupação com a parte pedagógica e prática do curso. Cabe ressaltar que essas alterações também estavam relacionadas à aprovação do novo Regulamento de ensino, ocorrida em 1916, e que apontava para a necessidade de se assegurar um preparo mais específico para os professores a fim de que a qualidade do ensino primário pudesse ser elevada.

Para que o currículo formal pudesse ser cumprido e as estudantes pudessem participar das atividades religiosas que compunham sua formação cristã, a rotina escolar era intensa. De acordo com os registros das Crônicas Salesianas (1904; 1913; 1928; 1948), as aulas aconteciam no período de janeiro a novembro, com um pequeno descanso no mês de junho para as alunas do externato. As atividades diárias, para as estudantes do internato, iniciavam-se às 05 horas e 30 minutos da manhã com orações no pátio principal e o café servido na cantina. Já as alunas do externato chegavam ao colégio às 06 horas e 30 minutos, se dirigiam à Capela ou ao pátio central, realizavam as orações junto com as religiosas e eram encaminhadas às salas de aula. As aulas começavam às 07 horas da manhã e terminavam às 16 horas, com intervalo de uma hora e meia para o almoço (Atas de reunião, 1910). As alunas em regime de internato acompanhavam, após esse horário, as atividades previstas no calendário católico (orações, novenas e homenagens aos santos do dia), como atestam as Crônicas de 1908. Por volta das 19 horas, as alunas internas participavam das orações da noite e eram encaminhadas aos seus dormitórios.

De acordo com as Crônicas consultadas, as aulas que envolviam atividades manuais aconteciam, geralmente, após o almoço e, no período da manhã, eram privilegiadas as disciplinas acadêmicas e pedagógicas. Em 1914 acontece uma ampliação do espaço físico da Escola e o intervalo de descanso passa a ocorrer separadamente: as alunas do 1º e 2º ano permaneciam no pátio principal e as normalistas do 3º e 4º ano eram levadas ao pátio externo. Essa situação pode ser entendida como uma consequência do número elevado de alunas matriculadas na instituição nesse período.

Cada aula tinha duração de 40 a 45 minutos, exceto no caso da disciplina de Ginástica, que acontecia uma vez por semana e durava cerca de 60 minutos (30 minutos de exposição teórica e 30 minutos de atividades práticas), conforme consta nos Relatórios oficiais (1908,1912).

As Práticas de Ensino aconteciam sempre no período da tarde, ministradas pelo professor da cadeira de Metodologia e Pedagogia que poderia ainda compartilhar a disciplina com algum outro docente do curso normal que assim desejasse de acordo com os temas e assuntos a serem trabalhados. Ao término de cada aula era solicitada, por parte do docente responsável pelo conteúdo, a redação de um relatório contendo suas observações, as discussões ocorridas e seu efetivo aprendizado. Quanto à avaliação do desempenho das normalistas, esta ocorria ao final do ano letivo nas próprias salas do Curso Anexo ou no Grupo Escolar da cidade, através da aplicação de uma prova de Prática Profissional de Regência (RELATÓRIO OFICIAL, 1908; 1917).

Diariamente, as normalistas participavam de aulas de Religião ministradas ora pelo padre da cidade ora pelas próprias religiosas. Embora não conste no currículo formal da Escola, essas aulas eram oferecidas a todas as alunas, independentemente do ano de curso, cerca de três ou quatro vezes por semana, conforme atestam as Atas da instituição. Durante as atividades, eram trabalhados os textos do Evangelho, a história de vida dos santos católicos e ainda as obras de caridade nas quais a Congregação Salesiana estava envolvida (Ecos de Ponte Nova, p. 6). A vida de Maria, mãe de Jesus, também era assunto constante nessas aulas, apontada sempre como um exemplo a ser seguido pelas jovens, além de outros mártires da Igreja Católica como Laura

Vicuña e Domingos Sávio. Também encontramos citações esporádicas nos Relatório de Visita dos anos de 1904, 1907 e 1916 que fazem referência a religiosos vindos de outras localidades que ministravam aulas nesse espaço, tratando, principalmente, de suas experiências enquanto membros da Igreja.

A Escola Normal contava com um projeto educacional interessado na produção de um modelo social de mulher, capaz de, além de instruir as futuras gerações, educar as crianças de acordo com os princípios morais da época, pautando-se, principalmente, nos preceitos do catolicismo. Por isso, as atividades diárias, das quais as alunas participavam obrigatoriamente, envolviam além das aulas acadêmicas e práticas, a presença nas missas e orações que aconteciam na capela da instituição ou no pátio central.



Figura 11: Festa de Maria Auxiliadora, 1914
Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

A preocupação com a formação moral e religiosa das alunas esteve presente ao longo de toda história dessa Instituição, revelando-se como sua principal característica formativa. O discurso de formatura proferido pela

quartanista Maria Elisa Lanna, no ano de 1905, apresenta vestígios característicos dessa formação:

[...]E nós, guiadas por elas (irmãs salesianas), temos estudado os mares, percorrido o globo, analisado os elementos, conhecido os preceitos da língua e, mais que tudo, sandado o coração humano para lhe descobrir os afetos, estudar as tendências e fortalece-lo contra o mal que nos arrastam animando-o para a prática do bem, ao amor do belo e da verdade. (Anuário de 1905, p. 7)

Pelas palavras dessa aluna, notamos que, embora sejam apontados conhecimento enciclopédicos, ligados à geografia, ciências e português, a ênfase recai sob os aspectos formativos e humanísticos concernentes as práticas valorizadas pelas religiosas e pela sociedade. Isso porque, não só na Escola Normal de Ponte Nova como também na maior parte dos estabelecimentos de formação de professores da época, as qualidades morais ligadas a uma vida social regrada eram desejáveis àqueles que pretendiam exercer carreira docente, em especial às mulheres. Se tratando de uma instituição confessional é de se esperar que essa característica seja ainda mais marcante.

O conjunto de documentos consultados a respeito dos conteúdos curriculares, composto por Atas de exame e relatórios diversos, retrata aspectos relevantes do ambiente formativo da Escola Normal. A educação refinada, permeada de valores religiosos e conteúdos humanísticos traçava o perfil das jovens normalistas respondendo aos interesses da sociedade quanto a instrução feminina. A jovem que buscava formação na Escola deveria ser “um espelho, um modelo a imitar”, pois seria responsável pela educação de um povo cuja necessidade principal era a educação para a vida (ANUÁRIO, 1905, p. 23).

As aulas de Francês e Canto aparecem entre as disciplinas mais trabalhadas ao longo do curso normal, isso porque esses conhecimentos representavam a apropriação de elementos culturais, valorizados na época, principalmente no que diz respeito às mulheres. O mesmo podemos dizer sobre a cadeira de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, nas quais as alunas

tinham contato com atividades relacionadas aos afazeres do lar, próprios da vida feminina. Educar, para além de instruir, significava a formação completa que ia desde o domínio do Francês às boas maneiras, os trabalhos manuais, as prendas domésticas, dentre outras atribuições femininas (MELO, 2002, p. 109).

Os documentos analisados apontaram que a Escola Normal procurava estar atenta às práticas e aos conteúdos mais modernos que ao longo do tempo iam sendo exigidos daqueles que se dedicavam a carreira docente. Muitas vezes, a inclusão de uma disciplina na grade curricular da Escola acontecia antes mesmo de se tornar uma exigência legal. A criação da Classe Anexa, por exemplo, aconteceu em 1905 e só veio se tornar uma demanda para as escolas normais mineiras com o Regulamento de 1910. Outro exemplo é a maior carga horária dedicada à disciplina de Práticas de Ensino, incluída no currículo em 1907, enquanto em outras instituições somente tenha se consolidado anos mais tarde, com o avanço das ideias do movimento escolanovista.

Embora o currículo formal tenha se apresentado em conformidade com as exigências feitas aos cursos normais na época, percebemos que os conteúdos pedagógicos, relacionados diretamente à prática docente, aparecem em menor proporção com relação aos conteúdos de formação geral. Enquanto as alunas participavam de aulas de Canto e Francês em praticamente todos os anos de curso, outras disciplinas como Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino eram trabalhadas apenas no último ano.

Desse modo, observamos que a formação oferecida pela Escola Normal se apresentou, durante o período analisado, mais voltada para os aspectos comportamentais pertinentes ao que se exigia da figura feminina da época do que para a instrução profissional propriamente dita, o exercício da docência. Podemos relacionar essa característica ao fato da instituição atender, principalmente, alunas provenientes de famílias mais abastadas, cujo interesse principal era uma formação moral atrelada a uma orientação religiosa e aos atributos próprios da vida doméstica, em detrimento da profissionalização.

3.4 - A prática como componente curricular em diferentes espaços

Como dito anteriormente, a Classe Anexa à Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora foi criada no ano de 1905 pelas irmãs salesianas e destinava-se a atender crianças pobres, tanto meninos quanto meninas. A proposta inicial era de que fosse um espaço de educação não formal, em que pudessem acontecer aulas dominicais e de preparação para o catecismo (Anuário, 1905). Porém, não demorou muito para que as religiosas compreendessem aquele espaço como um valioso campo de observação e experimentação para as jovens em formação.

O Anuário de 1905 (p. 09) relata a criação da Classe Anexa à Escola Normal como inspirada em ações de sucesso que já vinham ocorrendo na Itália e no Uruguai. No início havia duas turmas, com cerca de 25 crianças cada uma, que se encontravam sob os cuidados de quatro religiosas. As irmãs responsáveis pelo curso primário se revezavam entre as disciplinas que compunham o currículo escolar e as demais atividades que aconteciam paralelamente como a preparação para a catequese (Crônicas salesianas, 1908).

Apenas em 1907, quando a Cadeira de “Práticas de Ensino” passou a compor o currículo do curso normal, as jovens estudantes passaram a participar das aulas que aconteciam na Classe Anexa. De acordo com fragmentos e relatos encontrados nas Crônicas Salesianas (1909) e também nos Relatórios Oficiais (1908; 1816; 1921), as normalistas passavam por um período de observação da prática pedagógica das irmãs que durava vários meses e, somente depois, caso fossem consideradas aptas, poderiam propor e executar algumas intervenções.

Os documentos acima citados nos revelam também que nem todas as estudantes tinham essa oportunidade e por isso precisavam comprovar, muitas vezes por meio de provas, que possuíam conhecimentos específicos considerados essenciais à prática pedagógica. As atividades desenvolvidas nesse espaço contribuíam para a formação prática das normalistas e faziam

parte da avaliação final do curso que conferia as jovens o diploma no curso normal.

Estatísticas encontradas na Revista Comemorativa Ecos de Ponte Nova (1946) revelam que a procura pelo ensino primário na Classe Anexa à Escola Normal era grande. A respeito da seleção desses estudantes nenhum registro foi encontrado. O que sabemos é que o Governo do Estado custeava os gastos com o ensino e colaboradores da obra de Dom Bosco contribuía esporadicamente com as obras e ações que as irmãs salesianas desenvolviam junto à comunidade (RELATÓRIOS OFICIAIS, 1908; 1816; 1921).

Entre os anos de 1905 e 1930 passaram por esse curso, aproximadamente, 2725 crianças, com idade mínima para o ingresso de 7 anos. Em 1908, uma religiosa foi designada diretora da Classe Anexa, Ir. Guiomar, permanecendo no cargo por 16 anos, dada sua experiência com crianças antes de chegar ao Brasil (ECOS DE PONTE NOVA, 1946). Não foram encontrados registros acerca da ocupação desse cargo após o falecimento da Ir. Guiomar, no ano de 1925.

A criação da Classe Anexa à Escola Normal foi uma iniciativa pioneira no município haja vista que até o ano de 1912 o ensino primário era ofertado apenas a uma pequena parcela da população, que frequentava escolas isoladas, também chamadas de escolas de primeiras letras. Durante o período compreendido entre os anos de 1905 e 1912, a Instituição recebeu, aproximadamente, cem (100) matrículas anuais para o curso primário. Em 1913 foi criado o primeiro grupo escolar da cidade, o Grupo Escolar Senador Antônio Martins. As estatísticas referentes ao número de alunos matriculados na Classe Anexa revelam que, após a abertura do Grupo Escolar, o número de crianças matriculadas na instituição salesiana apresentou quedas anuais.

Se nem todas as normalistas tinham a oportunidade de participar das atividades desenvolvidas na Classe Anexa e a prática de ensino era considerada requisito básico para conclusão do curso normal, podemos considerar, então, que a criação do Grupo Escolar significou a ampliação do espaço de aprendizagem dessas jovens. A presença de moças que cursavam o ensino

normal nas atividades do Grupo Escolar pode ser atestada pela publicação do Jornal O Povo, de 1916, onde podemos ler:

Durante as festividades de encerramento, um pequeno grupo de alunos do 2º ano primário do Grupo Escolar Antônio Martins realizou uma bela e muito aplaudida apresentação musical (...) A organização e os ensaios que antecederam o momento final ficaram sob os cuidados da normalista Antônia Campos Garcia, estudante do 4º ano do curso normal da Escola Maria Auxiliadora.

Outros registros referentes ao Grupo Escolar³⁴ como, por exemplo, as Atas de Abertura e Encerramento dos anos de 1913 a 1930, ao serem analisados paralelamente aos documentos da Escola Normal revelam que a presença das estudantes do 3º e 4º ano do curso normal era uma prática comum. Alguns trechos encontrados nas Atas de Exame do Grupo Escolar, referentes aos anos de 1915 e 1921, apontam para uma participação ativa das normalistas que, na ausência de professoras efetivas, se responsabilizavam pelas aulas de determinadas disciplinas.

Em decorrência do afastamento por motivos de saúde da professora Francisca Amorim, assumiu a Cadeira de Matemática a normalista Maria Dolores Alvarenga, por um período de quatorze dias. (Relatório oficial, 1915)

Faz saber que a normalista do 4º ano do curso normal, Luisa Vieira Alves, assumiu por oito dias a Cadeira de Trabalhos Manuais em decorrência do afastamento da professora titular Joana Silva Martins. (Relatório oficial, 1915)

A estudante do 3º ano do curso normal Catarina Bering assumiu por quatro dias consecutivos a Cadeira de Matemática sob minha responsabilidade [diretora] por motivos de ausência, não justificada, da professora Rita Garcia Alves. (Relatório oficial, 1921)

³⁴ O contato com a documentação do Grupo Escolar Senador Antônio Martins foi possibilitado pela realização de nosso trabalho de Iniciação Científica no ano de 2010, intitulado *A instalação e constituição do Grupo Escolar Antônio Martins na cidade de Ponte Nova (1907 - 1930): análise de acervo e memórias*, no qual foi estudado os primeiros anos de criação e funcionamento desse estabelecimento de ensino. Durante esse estudo realizamos o levantamento do material histórico e construímos um acervo digital, o que nos permitiu a consulta nesse momento.

Os trechos dos Relatórios Oficiais indicam que as estudantes do curso normal acompanhavam as atividades desenvolvidas no Grupo Escolar podendo, sempre que houvesse ausência da titular da Cadeira, assumir a função docente³⁵. Além disso, chama atenção o terceiro trecho que deixa claro que essa atuação era supervisionada pela diretora do Grupo Escolar, haja vista que legalmente as estudantes ainda não estavam aptas ao exercício dessa função.

Além do Grupo Escolar ser um laboratório vivo para as estudantes do curso normal, assim como a Classe Anexa, sua criação representou também a possibilidade de emprego para aquelas que concluíram o curso a partir de 1913. Desde a aprovação do Decreto 918, de 8 de novembro de 1890³⁶, o exercício da profissão docente passou a ser direito prioritário de alunos graduados em escolas normais.

Ao estudar a criação do Grupo Escolar Antônio Martins, Assis (2009) afirma que,

As primeiras docentes que ingressaram no Grupo Escolar, em sua maioria, pertenciam a famílias de grande prestígio social e político da cidade e possuíam formação de normalistas, uma vez que o município contava com a Escola Normal Maria Auxiliadora desde o ano de 1896.

A respeito dessa afirmação, constatamos que seis (06) entre as oito (08) primeiras professoras do Grupo Escolar frequentaram, em algum momento, a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora. Ou seja, cerca de 80% do quadro docente do Grupo Escolar em seu primeiro ano de atividade era composto por ex-alunas da Escola Normal.

³⁵ A função de “estagiária” aparece pela primeira vez, no livro de “Termos de Posse” do Grupo Escolar Antônio Martins, em 1927 e referia-se às portadoras do título de normalista, contratadas pela Secretaria de Interior para assumir a regência de salas de aula, diferindo-se das demais professoras somente quanto ao valor salarial. (Assis, 2009)

³⁶ Decreto referente ao Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal assinado pelo então presidente da República Deodoro da Fonseca e pelo Secretário e Ministro de Estado dos Negócios e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Constant Botelho.

Com base nos elementos presentes no estudo de Assis (2009) tivemos conhecimento do nome de dezesseis (16) professoras³⁷ que, em algum momento entre os anos de 1913 e 1930, desempenharam a função docente no Grupo Escolar. De posse desses nomes foi possível pesquisar nas Atas de Matrícula e Conclusão de curso, a passagem dessas professoras pela Escola Normal.

Constatamos então que cerca de 70% das professoras que compunham o quadro docente do Grupo Escolar entre os anos de 1913 e 1930 formaram-se na Escola Normal de Ponte Nova³⁸. Embora seja um número reduzido se comparado ao total de alunas formadas pela Instituição Salesiana, durante o mesmo período, podemos considerar que o Grupo Escolar representou um importante espaço de trabalho para as normalistas, configurando-se como o único estabelecimento escolar a oferecer o ensino primário seriado até o ano de 1930.

Como espaços de formação, tanto o Grupo Escolar quanto a Classe Anexa à Escola Normal, significaram a oportunidade das futuras professoras conhecerem seu campo de atuação e desenvolverem, na prática, os conhecimentos adquiridos durante os anos em que estiveram matriculadas na Instituição salesiana. Enquanto na Classe Anexa as aulas realizavam-se por meio do método individual de ensino e a ênfase recaía, principalmente, na formação humanística das crianças, no Grupo Escolar as estudantes poderiam ter contato com a modalidade de ensino seriado e o método simultâneo, característicos de uma organização escolar mais moderna. Nesse sentido podemos dizer que a experiência prática contribuía para a formação do “ser” professora, adquirido por meio das vivências no dia a dia escolar do ensino primário.

³⁷ Ana Elisa Lanna, Ana Savígnia, Antônia Fernandes Torres, Atyr Fontes, Beatriz Garavini, Emília Portela, Francisca Amorim, Francisca Emília Martins, Idalina Benvinda Campos, Macrina do Nascimento, Maria da Conceição Pinheiro, Maria da Glória Amora, Maria de Lourdes Martins, Maria Ignácia Marinho, Marieta Alvarenga, Rosalina Cherubina da Luz (ASSIS, 2009).

³⁸ Professoras do Grupo Escolar que se formaram na Escola Normal de Ponte Nova: Ana Savígnia, Antônia Fernandes Torres, Atyr Fontes, Beatriz Garavini, Emília Portela, Francisca Amorim, Francisca Emília Martins, Maria da Conceição Pinheiro, Maria da Glória Amora, Maria de Lourdes Martins, Marieta Alvarenga (Atas de Matrícula e Conclusão de curso, 1898-1930).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa dissertação foi conhecer e analisar o processo de instalação, funcionamento e organização da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, atentando, sobretudo, para o modelo de formação oferecido pelas Filhas de Maria Auxiliadora, também conhecidas como irmãs salesianas, entre os anos de 1898 e 1930. Para tanto, buscaram-se, por meio de fontes documentais escritas e oficiais, indícios que permitissem conhecer a trajetória singular dessa Instituição escolar – confessional, católica e privada – que iniciou suas atividades no princípio do período republicano.

A documentação específica, produzida pela Escola Normal (Atas de Matrícula, Atas de Exames, Livros de Registros Gerais, Correspondências e Ofícios enviados e recebidos, entre outros), ao ser consultada e organizada durante esse estudo conduziu nossas investigações por um caminho trilhado pelos próprios sujeitos envolvidos no processo de formação educacional concebido desde o século passado. Isso porque a produção de um documento é carregada de subjetividade e o que é registrado, ou não, configura-se como fruto de concepções dos sujeitos. Não é difícil perceber, então, as zonas de silenciamento que, por vezes, se sobrepõe aos nossos questionamentos.

A iniciativa salesiana de formar professoras no Brasil foi inovadora. Embora as salesianas já estivessem instalando no país, desde 1892, instituições escolares, a Escola Normal de Ponte Nova foi a primeira iniciativa, dessa congregação, ligada à formação docente. Por consequência, o material produzido acerca da história de atuação dessa ordem religiosa no país trata, prioritariamente, de uma formação voltada para os aspectos morais e para os princípios religiosos católicos, considerados indispensáveis para uma boa educação das meninas.

Dito isso, podemos afirmar que nosso desafio foi duplo: primeiro pela delimitação de um recorte temporal de três décadas e, segundo, pela tentativa de se selecionar informações que estivessem para além dos aspectos religiosos acentuados. Quanto ao recorte, vale considerar que as próprias fontes disponíveis que puderam ser consultadas nos levaram a adotar uma visão

abrangente quanto ao nosso objeto de estudo, uma vez que, os documentos disponíveis não apresentavam uma rígida continuidade temporal. Nesse sentido, foram as fontes que orientaram a trajetória da pesquisa. No que tange às informações disponíveis – já que, por tratarmos de uma instituição confessional, torna-se dificultoso desvincular as interpretações do caráter eminentemente religioso e ufanista de grande parte das produções documentais – nossos esforços estiveram voltados para a busca de informações mais objetivas possíveis, as quais pudessem contribuir para o conhecimento de uma história, na medida do possível, impassível.

Durante todo o período focado por esse estudo, a Instituição não contou com Regulamento próprio e suas ações estiveram baseadas em regras comuns aos estabelecimentos salesianos de maneira geral, cuja proposta não era a formação de professores, como acontecia na cidade de Ponte Nova. Dessa maneira, as possíveis especificidades da educação salesiana quanto à formação docente em comparação à atuação de outras ordens religiosas, nesse nível de ensino, não ficaram claras até o presente momento.

Se, por um lado, nossas explanações não foram aprofundadas no que diz respeito à pedagogia salesiana desenvolvida pela Escola Normal, por outro, levantamos informações significativas quanto ao público atendido, o currículo, as práticas vivenciadas cotidianamente e a gestão desse grupo de religiosas.

Desde sua instalação, a Instituição manteve caráter privado com atendimento ao público pertencente às parcelas mais favorecidas da sociedade, principalmente as filhas de fazendeiros locais, que iniciavam seus estudos na faixa etária de 15 e 16 anos. A estabilidade dos índices de matrícula ao longo dos primeiros 30 anos de atuação das salesianas em Ponte Nova indicam uma demanda da época por uma educação feminina aliada aos preceitos religiosos, desejo partilhado pelas famílias que valorizavam o conhecimento atrelado ao papel “fundamental” da mulher: mãe-esposa.

A valorização do ideário da figura feminina é percebida tanto no cotidiano da Instituição, por meio da leitura das Crônicas produzidas pelas alunas e ex-alunas, quanto na organização do currículo escolar nas três décadas enfocadas

por esse estudo. Ao analisarmos essa configuração curricular percebemos que as disciplinas relacionadas à formação geral predominavam em relação às cadeiras de Metodologia e Práticas de ensino, por exemplo, que tinham como objetivo principal o preparo das meninas para a função do magistério. Essa realidade sinaliza o paradoxo vivenciado na época: ao mesmo tempo que a educação feminina e a formação da mulher se configuravam como iniciativas do mundo moderno, a maneira como a oferta dessa educação era realizada, acabava reforçando o entendimento social que já se tinha sobre o lugar que a mulher ocupava na sociedade.

No que se refere aos dados de matrícula e conclusão de curso, do período estudado, podemos dizer que a Escola Normal de Ponte Nova recebeu, aproximadamente, 3.514 matrículas e formou, em 27 turmas, cerca de 639 novas professoras primárias. Embora o número de alunas concluintes do curso normal seja significativo, devemos considerar que, se comparado ao percentual de alunas que, em algum momento se matricularam na Instituição, não se aproximou, sequer, de 50%. Embora essa seja uma análise quantitativa superficial, que não leva em consideração os complexos aspectos que compõem a situação, a observação se faz necessária e levanta uma reflexão: as estudantes que iniciavam o curso normal com o objetivo de receber uma formação geral, moral e religiosa, que as preparasse para o casamento por meio do “refinamento” das qualidades femininas poderiam ter seus interesses contemplados já nos primeiros anos de curso. Isso explicaria o fato de que grande parte das alunas que iniciavam o curso não chegavam aos anos finais, sobretudo, por não terem necessidade financeira de se profissionalizarem, haja vista as condições financeiras de suas famílias.

Por outro lado, podemos considerar, ainda, a hipótese de que, uma parcela das normalistas, menos favorecida economicamente, poderia se considerar capacitada para o trabalho com apenas alguns anos de formação, não chegando a concluir o curso.

Independentemente dos objetivos das cursistas, fica evidente, ao analisarmos as fontes disponíveis, que, durante sua trajetória, a Escola Normal procurou cumprir as exigências legais colocadas aos estabelecimentos de ensino normal, respondendo, dessa forma, às instâncias superiores ligadas à educação. Não obstante, outra preocupação para a Instituição se revelou mais evidente: a de fornecer uma educação moral e cristã para as alunas que permaneciam sob seus cuidados.

Em suma, a contribuição da Escola Normal em termos educacionais, tanto para a sociedade pontenovense quanto para a região da Zona da Mata mineira, é notória. Além disso, há de se considerar a representatividade desse estabelecimento que se inscreve na história de formação do município, contribuindo para o seu desenvolvimento urbano e sociocultural.

Para finalizar, ressaltamos que nosso interesse não é e nem poderia ser, esgotar a temática. Ao contrário, chegamos ao fim desse trabalho com reflexões que somente foram possíveis pela realização de um estudo que aborda a história da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora sob um viés até então não investigado, residindo aí nossa parcela de contribuição para o campo da História da Educação, no que se refere ao ensino religioso no Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Locais pesquisados:

Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG.

Arquivo Interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora, MG.

Arquivo Municipal da Prefeitura de Ponte Nova, MG.

Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, Barbacena/MG.

Jornais e Revistas:

A NOTÍCIA. **Grupo Escolar Dr. José Mariano**, n.786, 1921, p.03.

DO POVO. **Escola Normal**, n. 59, 1904, p.2

_____. **Festejos Escolares**, n. 126, 1916, p.2.

ECOS DE PONTE NOVA. **Revista Comemorativa**, 1946.

IRMÃS SALESIANAS. **Revista comemorativa**, 1998.

O MUNICÍPIO, Edição comemorativa: 100 anos de Palmeiras. **A Escola Normal**, 1995, p.16.

O PIRANGA. **Educação**, n. 07, 1896, p.3.

_____. **Nobres Educadoras**, n. 16, 1905, p. 2.

Livros, artigos, dissertações/teses e periódicos:

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. **Formando o professor primário: a escola normal e o instituto de educação do Rio de Janeiro**. Revista HISTEDBR – online. Campinas, São Paulo, 2011.

ALVES, Manoel. **Sistema Católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.5, nº16, 2005.

_____. **A histórica contribuição do ensino privado no Brasil.** Educação, v. 32, n° 1. Porto Alegre, 2009.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **A legislação escolar mineira e a ideia de educação nacional (1880-1930).** Revista HISTEDBR – online. Campinas, São Paulo, 1997.

ARECO, Neide M. de S. **Instituto Maria Auxiliadora: 70 anos no coração do Rio do Sul.** Rio do Sul: Imprensa Continental: 1998.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações Técnicas, n. 51.

ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905).** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ASSIS, Thais Reis de; AZEVEDO, Denilson Santos de. **Grupo Escolar Antônio Martins (1913-1930): trajetória, memória e cultura escolar.** Universidade Federal de Viçosa. Relatório de Pesquisa, 2009.

AZZI, Riolando. **Os salesianos no Brasil à luz da História.** São Paulo. Editora Salesiana Dom Bosco, 1983.

_____. **Os salesianos em Minas Gerais: o decênio inicial da obra salesiana, 1895-1904.** São Paulo. Editora Salesiana Dom Bosco, 1986.

_____. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de História.** Vol. I. São Paulo, 1999.

_____. **A Obra de Dom Bosco no Brasil.** Volume 1, 1ª ed. São Paulo: Salesiana, 2000.

BITTAR, Mariluce. **A educação e a presença salesiana na região centro-oeste.** Revista UFMT, n. 21, 2013.

BONATO, N. M. C. **Os arquivos escolares como fonte a história da educação.** Revista Brasileira de História da Educação, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

_____. Ester e NOSELLA, Paolo (1996). **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos - 1911-1933. São Carlos/SP: EDUFSCar.

_____. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula e Silva. **Igreja Católica e Educação feminina**: o Instituto de Educação do Colégio Sagrado Coração de Jesus – 1936-1956. Dissertação de mestrado. Universidade do Paraná, 2004.

COBARGE, Débora Maria Nogueira. **História e Memória da Escola complementar de Guaratinguetá (1906-1913)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

CHAMON, Magda. **Trajatória de feminização o magistério**. Ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. III. p.77-86.

DAMAS, Luis Antonio H. de Oliveira. **A preventividade na educação salesiana**: gênese e desenvolvimento até sua consolidação no ensino superior. Tese de doutorado. PUC-SP, 2002.

DIAS, Roberto Barros. **“Deus a Pátria”**: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Tese de mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

DICIO, Dicionário online de português. **Verbetes: sesmarias**. 2005. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/sesmaria/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

DOM BOSCO: a história de um homem que acreditava na educação. São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://www.domboscoitaquera.org.br/dbosco/dbosco.htm> >. Acesso em: 12 mar. 2015.

FERREIRA, Rita de Cássia Oliveira. **A Escola Normal da Capital: instalação e organização (1906-1916)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação**. InCID: R.CI.Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, jul/dez, 2011.

_____. A Cultura Escolar Católica e a Formação Docente na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1944-1960). In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 2004. Cd-rom.

GATTI JR, Décio. Intelectuais, Instituições e Circulação Internacional de Idéias no Processo de Constituição da Disciplina História da Educação no Brasil (1840-2000). In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**; Vitória/ES, 2011.

_____. A Pesquisa Histórico-Educacional sobre as Instituições Educacionais Brasileiras: reflexões teórico-metodológicas. In: **I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro/RJ: EDUFRJ/SBHE, 2000.

_____. (Org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia/MG; Campinas/SP: EDUFU; Autores Associados, 2002.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Considerações sobre a pesquisa científica: em busca de caminhos para a pesquisa científica**. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. s/d.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Igreja, política e educação no Brasil republicano: criação do colégio Dom Bosco, de Cachoeira do Campo, Minas Gerais (1893-1897)**. Acta Scientiarum; Maringá, v.35, n.1, p.49-55. 2013.

_____. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, J.C.S. e GATTI JR., Décio (Orgs). **Novos temas em História da Educação: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002.

_____. Legislação manuscrita e história da educação: as leis de Uberabinha, MG – 1892. In: MACHADO, M.C.G. e OLIVEIRA, T. **Educação na História**. São Luís, MA. Ed, UEMA, 2008.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **CULTURA ESCOLAR: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Maneiras diferenciadas de produção da escola primária: estratégias e táticas na constituição da cultura escolar e Minas Gerais. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRAS, Bernardo Jeferson de. (Org.). **Histórias de Práticas Educativas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GUARIZA, Nadia Maria. **As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano**. Dissertação de mestrado. Universidade do Paraná, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ponte Nova: Minas Gerais. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=315210>. Acesso: 19 out. 2015.

INACIO FILHO, G.; ROSSI, Michelle Pereira da Silva. **As Congregações Católicas e a Disseminação de Escolas Femininas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Revista HISTEDBR On-line, v. 24, p. 1-24, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art07_24.pdf. Acesso em 03 abr. 2015.

LEONARDI, Paula. **Congregações católicas docentes no Estado de São Paulo e a educação feminina – segunda metade do século XIX**. Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

LOPES, Eliane M. S. T.; GALVÃO, Ana M. O. **História da Educação**. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOPES, Ivone Goulart. **O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ, e a tessitura da identidade da professora católica: 1937-1961**. Tese de doutorado. PUC/RJ, 2013.

MAGALHÃES, Justino. Contributos para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal**. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MATA, Sérgio da. **A fortaleza do catolicismo**: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais

MAZZOTTI, A. J & GEWANDSZNADJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 147-178.

MELO, Geovana Ferreira. **Por Trás dos Muros Escolares**: luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores - Uberaba 1940 1960). Universidade Federal de Uberlândia, 2002. (Dissertação de Mestrado)

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Escola confessional" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil, 2013.

MOGARRO, M.J. **Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas**. Preservar a informação, construir a memória, Pro-posições, Campinas, v. 16, n. 46, 2005

NASCIMENTO, Cecília Viera do. **Lugares de elaboração do magistério feminino**: trajetórias de professoras primárias em Sabará – 1830 a 1880. Congresso Brasileiro de História da Educação. Sergipe, 2008.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, A. V.; VECHIA, A. (Org.). **Cultura escolar e história das práticas pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2008.

NUNES, M. J. F. R. Prática político-religioso das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: AZZI, R. e BEOZZO, J. O. (Org). **Os Religiosos no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A Escola Normal de moças das elites**: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DM%20-%20Ortiz_Fernanda%20\(12\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DM%20-%20Ortiz_Fernanda%20(12).pdf) . Acesso em 15 mar, 2015.

PENTEADO, Yara. **Auxiliadora 70 anos**. Campo Grande/MS. Gráfica Ed. Ruy Barbosa Ltda, 1996.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP. 1998.

PINTO, Tales Dos Santos. **Primeira República no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiab/primeira-republica.htm>>. Acesso em 07 de outubro de 2015.

PONTE NOVA, Secretaria Municipal de Educação. **Plano Decenal Municipal de Educação**, 2014. Disponível em: http://pontenova.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/PlanoMunicipalPonteNova2015-2024_ATUALIZADO_1.pdf Acesso em 12 jun, 2015.

PRADO, Sandra Mara. **História, Memória e Identidade: O Município de Maria Helena através da fotografia**. Gestão Escolar - Secretaria de Educação, Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_sandra_mara_prado.pdf>. Acesso em 12 ago, 2015.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil**. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

RAMPI, Dorcelina de Fátima. **A formação de professoras da Escola Normal do Colégio Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937)**. Universidade Católica de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Ponte Nova: 1770 a 1920, 150 anos de história**. Academia de Letras de Viçosa. Viçosa, 1993.

_____. Arthur Bernardes e a Revolução Constitucional. 1. ed. Viçosa: Imprensa Universitária/UFV, 1999.

_____. **Lavoura e Riqueza/Voto e Poder: Uma contribuição para o estudo da história política da zona da mata**. 1. ed. Ponte Nova: Sociedade Pró-Memória de Ponte Nova, 1996.

ROCHA, Lúcia Maria da. **A escola normal na Província da Bahia**. Congresso Brasileiro de História da Educação. Sergipe, 2008.

RODRIGUES, Joice Meire; MARQUES, Eliza Cristiane de Rezende. **O civilizar da mulher na história da educação**. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/310-997-1-PB.pdf>; Acesso em: 08 set. 2011.

ROSA, Walquíria Miranda; SÁ, Carolina Maфра de. **A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica**. III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. Curitiba, MT.

SANTOS, Manoel Isaú S. Ponciano dos. **Luz e Sombras – internatos no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Salesianas, 2000.

SANTOS, Nivalda Menezes. **O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas do século XX: uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes**. Universidade Federal do Sergipe, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: ARAÚJO e outros (Orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

_____. História das idéias pedagógicas: reconstruindo o conceito. In: FARIA FILHO, L.M. (Org.) **Pesquisa em História da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999, p.9-24

SILVA, Maria Imaculada da; MENEZES, Isabela C.. Atuação das Filhas de Maria Auxiliadora na educação oficial “Instituto N.S. Auxiliadora” Cachoeira do Campo, Minas Gerais – Brasil (1904-1922). In: **L’educacione salesiana dal 1880 al 1922**. 4º Convegno Internazionale di Storia dell’Opera salesiana; Ciudad de México, 2007.

SILVA, Michelle Pereira; CARVALHO, Carlos Henrique de. **A mulher e a educação no contexto republicano: a profissionalização feminina no magistério primário**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação; 2004.

SILVA, João Carlos da. **História da educação: instituições escolares como objeto de pesquisa**. UNIOESTE. 2012.

SOUZA, Cynthia Pereira de. **Práticas de leitura, memória de formação e relações de gênero: alguns estudos**. Vol. I. São Paulo. Tese de live-docência. USP, 2000.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação: 500 anos de educação**. Editores associados, nº 14, 2000.

_____. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930.** 1ª ed. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1979. 234p.

TOFOLI, Therezinha Elisabeth. **Educação feminina em Adamantina – SP: “O Instituto de Educação Madre Clélia” (1951-1978).** Dissertação de mestrado. UNESP, 2003.

VASCONCELLOS, F. **Lições de pedagogia experimental.** Lisboa: Antiga Casa: Bertrand, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive; Fonseca, Thais Nivia Lima e (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Representações da Educação no debate político partidário republicano em Minas Gerais (1889-1906). In: **IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais.** Juiz de Fora, 2007.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Campinas, SP: autores Associados, 2005.

_____. **Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação.** Revista Brasileira de História da Educação, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005.

VILLAR, Juliana Padula. Vapor e movimento: a estrada de ferro Leopoldina e a (trans)formação da paisagem no Município de Ponte Nova – MG. Universidade Federal de Viçosa, 2010. (Relatório de Monografia).

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Ana Maria Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República.** 1ª ed. Campinas: Alínea, 2008.

_____. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: Maria Helena Camara Bastos; Luciano Mendes de Faria Filho. (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.** 1 ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

_____. **Do "saber fazer" à profissionalização docente na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro.** Revista Rio de Janeiro, v. 13-14, p. 49-69, 2004.

_____. O mestre-escola e a professora. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Grave Veiga. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.